



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CAMPUS REGIONAL DO VALE DO IVAÍ  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**



**DANUBIA MARIA GROSSI BALEEIRO**

**O ENSINO A DISTÂNCIA EM SERVIÇO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE  
IVAIPORÃ/PR: limites e contradições.**

Ivaiporã  
2021

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CAMPUS REGIONAL DO VALE DO IVAÍ  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**DANUBIA MARIA GROSSI BALEEIRO**

**O ENSINO A DISTÂNCIA EM SERVIÇO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE  
IVAIPORÃ/PR: limites e contradições.**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de graduação em Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá, Campus Regional do Vale do Ivaí, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador(a): Dra. Vanessa Rombola Machado

Ivaiporã

2021

DANUBIA MARIA GROSSI BALEEIRO

**O ENSINO A DISTÂNCIA EM SERVIÇO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE  
IVAIPORÃ/PR: limites e contradições.**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de graduação em Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá, Campus Regional do Vale do Ivaí, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador(a): Dra. Vanessa Rombola Machado

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Vanessa Rombola Machado  
Universidade Estadual de Maringá

---

Profa. Dra. Edinaura Iuza  
Universidade Estadual de Maringá

---

Prof. Me. Eduardo Farias  
Universidade Estadual de Maringá

Ivaiporã, 07 de maio de 2021.

BALLEIRO, Danubia Maria **Grossi**. **O Ensino à Distância em Serviço Social no município de Ivaiporã/PR: limites e contradições**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Serviço Social). Universidade Estadual de Maringá, 2021.

## **RESUMO**

O presente trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo de pesquisa analisar a oferta dos Cursos de Serviço Social na modalidade EAD, no município de Ivaiporã-PR. Nesta perspectiva, traçou-se como objetivo geral conhecer quais instituições ofertam o curso de Serviço Social a distância no município de Ivaiporã-PR. O recorte se deu a partir de leituras realizadas para construção do tema desta pesquisa e do sistema de educação brasileiro. Neste elencaram-se os objetivos específicos: I) Conhecer o processo sócio histórico da educação a distância no Brasil. II) evidenciar a expansão do Ensino Superior a Distância no Brasil. III) Apresentar as particularidades do Ensino a Distância no município de Ivaiporã-PR. Quanto aos procedimentos metodológicos utilizados para a realização do trabalho se constituíram em uma pesquisa bibliográfica e exploratória apoiada no método qualitativo e para análise o método comparativo. Os resultados dos dados obtidos apontam uma fragilidade na graduação de Serviço Social EAD no que se refere a educação superior no Brasil. Diante do exposto verificamos que é indispensável a realização de estudos mais detalhados sobre o curso de Serviço Social EAD.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Educação a Distância. Ensino Superior.

BALLEIRO, Danubia Maria Grossi. **Distance Learning in Social Work in the municipality of Ivaiporã / PR: limits and contradictions.** Course conclusion work (Graduation in Social Work). State University of Maringá, 2021.

### **ABSTRACT**

The present work of Course Completion has as its research objective to analyze the supply of distance learning Social Service courses in the municipality of Ivaiporã-PR. In this perspective, it was outlined as a general objective to know which institutions offer the distance learning course of Social Work in the city of Ivaiporã-PR. The cut was based on readings done to construct the theme of this research and the Brazilian education system. I) To know the socio-historical process of distance education in Brazil. II) To evidence the expansion of distance higher education in Brazil. III) To present the particularities of distance learning in the city of Ivaiporã-PR. The methodological procedures used to carry out the work consisted of a bibliographical and exploratory research supported by the qualitative method and the comparative method for analysis. The results of the data obtained point to a fragility in the distance learning undergraduate course of Social Work in relation to higher education in Brazil. In view of the above, we verified that more detailed studies about the distance learning course of Social Service are indispensable.

**Keywords:** Social work. Distance Education. University education.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABED	Associação Brasileira de Ensino a Distância
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABT	Associação Brasileira de Televisão
ART	Artigo
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CEMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONSEP	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
EAD	Educação á distancia
ENCCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENESSO	Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
FATEC	Faculdade de Tecnologia do Vale do Ivaí
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBPEX	Instituto Brasileiro de pós-Graduação e Extensão
IES	Instituições de Ensino
IFPR	Instituto Federal do Paraná
IFS	Institutos Federais
IPARDS	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MS	Mato Grosso do Sul
NEAD	Núcleo de Educação a Distância
PNE	Plano Nacional de Educação
PR	Paraná
PROINT	Programa de Integração Estudantil
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
RN	Rio Grande do Norte

SATE	Sistema Avançado de Tecnologias Educacionais
SEED	Secretaria da Educação á distancia
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESC	Serviço Social do Comercio
SESU	Secretaria de Educação Superior
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
UNB	Universidade de Brasília
UNIASSELVI	Centro Universitário Leonardo da Vinci
UNICESUMAR	Universidade Cesuram
UNIFRAN	Universidade de Franca
UNINGÁ	Centro Universitário Ingá
UNINTER	Centro Universitário Internacional
UNIPÊ	Centro Universitário de João Pessoa
UNIVALI	Faculdades Integradas do Vale do Ivaí
UNOPAR	Faculdades Integradas Norte do Paraná

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. ....	B
REVE HISTÓRICO DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL.....	12
1.1.    A Política Educacional no Brasil até a Constituição Federal 1988.....	12
1.2.    A educação como Direito Fundamental: pós Constituição Federal de 1988.	18
1.3.    As principais legislações referentes a educação brasileira após 1996	21
1.4.    As bases legais que sustentam o EAD no Brasil .....	29
2. A EDUCAÇÃO COMO UM PROCESSO MERCANTIL NO SISTEMA CAPITALISTA E SERVIÇO SOCIAL .....	33
2.1.    Breve história da evolução da EAD no Brasil.....	38
2.2.    O Serviço Social na modalidade EAD: visão ampla do processo de expansão. ....	41
2.3.    A incompatibilidade entre EAD e o curso de Serviço Social .....	49
3. A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA MODALIDADE EAD EM IVAIPORÃ/PR.....	556
3.1.    Metodologia da pesquisa.....	56
3.2.    Contextualização do território do Vale do Ivaí e Ivaiporã.....	58
3.2.1 Breve caracterização do município da pesquisa: Ivaiporã/PR .....	59
3.3.    Contextualização dos cursos de Serviço Social das Instituições de Ensino á Distancia do município de Ivaiporã/PR.....	61
3.4.    Análise de dados coletados.....	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
Referências.....	84



## INTRODUÇÃO

A educação á distancia (EAD) é uma modalidade de ensino que está cada vez mais sendo utilizada no Brasil desde o ensino Fundamental até a pós-graduação. São ofertados cursos nas diversas áreas de ensino. Segundo (COSTA, p. 3, 2017) o EAD é:

É uma forma de ensino-aprendizagem mediada por Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) que permitem que o professor e o estudante estejam em ambientes físicos diferentes. Isso significa que, ao invés de todos se encontrarem em uma sala de aula, com dia e hora marcados, cada um estuda em um horário diferente e onde quiser, por exemplo, em casa, na biblioteca, no trabalho, etc. (COSTA, p. 3, 2017)

Ao longo dos anos do seu surgimento vem sendo apresentadas várias conceituações sobre o EAD. A maioria delas referem-se ao EAD como uma educação voltada ao uso das tecnologias de informação. Mas em seu surgimento foi bem diferente do que conhecemos hoje.

O EAD surgiu por volta dos séculos XVII e XIX com a iniciativa de alguns professores da Europa dentro de algumas instituições, onde eles se correspondiam com os alunos por meio de cartas, foi difundindo-se pelo mundo e tomando novas proporções. Já na América Latina surgiu por volta de 1918, com cursos por correspondência ofertados por instituições privadas (PIMENTA,2009).

Está modalidade de ensino foi se transformando ao longo dos anos, no início o ensino era por meio de correspondência, depois passou a ser por meio do rádio e da televisão, em seguida começaram a surgir as Universidades Abertas, mais tarde com o avanço da tecnologia as interações entre professores e alunos passa a ser por meio de videoconferência e áudio, e por fim com o uso da internet essa relação passa a ser on-line com o uso das tecnologias de informação. (COSTA 2017, apud MOORE E KEARSLEY ,2007).

Atualmente a educação a distância está fortemente atrelada aos cursos superiores e de pós graduação no Brasil, foi incentivado principalmente pela LDB (Lei nº 9394/96).

Foi iniciada por meio do setor público com forte participação do setor privado após o ano de 2000, transformando-se em uma principal peça na oferta de cursos superiores no Brasil. O governo também incentivou a oferta dos

cursos EAD no Brasil pelo Decreto nº 5.622, de 2005, que “Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional” (BRASIL,2005, 1). Sendo assim o EAD passa a ser visto como:

Modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL,2005, 1).

Conseqüentemente, com o reconhecimento da legislação do EAD observa-se a grande expansão dessa modalidade, em todos os cursos das áreas do conhecimento. E não é diferente com o curso de Serviço Social.

De acordo com Pereira (2012) foi no ano de 2006 que os primeiros cursos de Serviço Social na modalidade EAD começaram a ser ofertados no Brasil (a grande maioria da oferta de vagas em instituições privadas). Fazendo uma análise histórica dos ingressantes do curso de Serviço Social na modalidade EAD, avalia-se uma expansão, onde em 2007 eram de 15,4% e em 2017 (10 anos) foi para 33,3 % de pessoas.

Atualmente 119 IES ofertam o curso de Serviço Social a distância, devidamente credenciadas pelo MEC, porém apenas 1 (uma) desta instituição é totalmente pública. (E-MEC, 2020).

É possível perceber um paradoxo entre a formação profissional a distância do curso de Serviço Social e o que está explicitado nas diretrizes curriculares do curso pela ABEPSS, discutido pelo CFESS/CRESS, órgão que desenvolvem relação com a graduação e o exercício profissional, de acordo com a lei nº 8682/93 “autarquia federal que tem como atribuições legais: Orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional e educativo”.(BRASIL,1993).

Devido a preocupação de várias entidades do Serviço Social com a educação à distância, a ABEPSS lançou uma campanha no ano de 2011, que intitulava-se “educação não é *fast-food*” tendo como objetivo ampliar e fortalecer a qualidade da graduação em Serviço Social. (ABEPSS,2011).

Diante disso, esta monografia é fruto de um Trabalho de Conclusão de Curso. O interesse pelo tema se deu devido à preocupação com o grande

processo de mercantilização do ensino superior, e com a expansão do EAD no Brasil, como principal motivação discussões realizadas em sala de aula.

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar a oferta dos Cursos de Serviço Social na modalidade EAD, no município de Ivaiporã-PR. Neste elencaram-se os objetivos específicos : I) Conhecer o processo sócio histórico da educação a distância no Brasil. II) Evidenciar a expansão do Ensino Superior a distância no Brasil. III) Apresentar as particularidades do Ensino a Distância no município de Ivaiporã-PR. Dessa forma o presente trabalho está dividido em 3 Capítulos, que foram estruturados da seguinte forma:

No Capítulo I estabeleceu-se um breve histórico sobre a política educacional no Brasil até a Constituição Federal de 1988, passando pelas principais legislações da Educação Brasileira, tendo como foco principal a LDB e as leis que foram criadas para facilitar o acesso à educação no país, com base na educação superior.

No Capítulo II abordou-se o processo de mercantilização da educação no ensino superior no Brasil, com apontamentos e dados sobre a evolução do EAD no país, em especial do curso de Serviço Social e com foco na crítica referente as entidades do Serviço Social frente a essa modalidade de ensino.

Para finalizar no capítulo III, serão apresentadas as instituições da pesquisa, a localização do território, e a análise dos dados coletados referente a pesquisa realizada. Para isso a metodologia utilizada foi a pesquisa exploratória que se caracteriza conforme as palavras de Gil (2002, p. 41) como “Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”.

Também foi utilizada desde o início da delimitação do tema a pesquisa bibliográfica, procurando os elementos referentes ao tema, que de acordo com (GIL, p 41,2002) “... a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Para o conhecimento e estudo dos conteúdos relacionados à questão que envolvem o tema, além da legislação que compõe o desenvolvimento do ensino a distância no Brasil. Após isso passou para fase qualitativa que visou a descrição aprofundada do objeto de pesquisa. E por fim, utilizou-se do método comparativo, que de acordo com (GIL, p.16-17, 2008) ocorre através da

investigação de indivíduos, classes ou fenômenos, que busca ressaltar as diferenças e as semelhanças entre elas.

Após análise da referida pesquisa é possível afirmar que existe um distanciamento do curso de Serviço Social na modalidade EAD com o que é estabelecido por lei nas diretrizes curriculares, pois o Serviço Social é uma profissão interventiva que necessita de uma vivência maior com as questões relacionadas a profissão, uma coisa que o EAD não proporciona ao estudante.

E para finalizar esta pesquisa irá demonstrar a realidade do ensino superior EAD no município de Ivaiporã-PR. Podendo contribuir para as próximas pesquisas referentes a esse tema.

## **1. BREVE HISTÓRICO DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL**

### **1.1. A Política Educacional no Brasil até a Constituição Federal 1988**

De acordo com Pimenta (2009) a partir de 1918 o Brasil é marcado por uma crescente expansão industrial e urbana. A autora refere que com o fim da Primeira Guerra Mundial há uma agitação no campo político ideológico no país, que influenciou as reformas do ensino, gerando assim adversidades entre progressistas (que acreditavam que a educação deveria se desfazer do viés tradicional) e conservadores (que se opunham a este ideal). A autora ainda discorre que no ano de 1920 segmentos da sociedade que estavam insatisfeitos, como cafeicultores e intelectuais, entre outros, se mobilizaram e organizaram, gerando assim a Revolução de 1930<sup>1</sup>.

Este período é marcado pela criação das primeiras universidades do Brasil, sendo Escola Universitária Livre de Manaus (fundada em 1909), Universidade Federal do Paraná (1912), e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1920 (Pimenta, 2009).

De acordo com a autora supracitada, em 1930 (durante o governo de Getúlio Vargas) foi criado o Ministério da Educação. Já no ano de 1932 grupos de liberais lançaram o “Manifesto Pioneiro da Educação”, que defendia a educação pública, obrigatória e laica, e propuseram a implementação de um Plano Nacional de Ensino para todos os níveis do ensino. Destaca ainda que este manifesto foi importante para o país, pois apresentou várias contribuições para a educação no Brasil, contudo, não houve renovação geral do ensino, como proposto

No entanto Bento (2015, p.3) salienta que:

A partir de 1930, sobretudo, depois de 1934, com a nomeação de Gustavo Capanema para o Ministério da Educação e Saúde Pública, a educação passou a ser o locus por excelência dos debates que envolviam os projetos políticos de formação da nacionalidade, de consolidação do território e da cultura nacional. Nesse contexto, contando com a atuação de alguns dos maiores intelectuais do

---

<sup>1</sup> Período da história onde pôs fim a república velha, e aos interesses das oligarquias regionais da época do Brasil.

período, o Ministério da Educação promoveu mudanças na forma de conduzir as questões relativas à educação. O significativo crescimento do mercado editorial, que se fez sentir nos campos de produção de livros didáticos e de obras literárias, revela uma nova dinâmica política. Dinâmica que englobou os interesses da indústria cultural associados à ideologia nacionalista (BENTO,2015, p. 3)

Em 1937, Vargas aproveitou o contexto vivenciado no país e instalou um golpe, o Estado Novo, implementando uma política com caráter populista. Tinha como objetivo, segundo o presidente, expulsar os comunistas e manter a democracia no país.

Durante esse período, instaurou-se um Estado autoritário centralizado no executivo federal (Pimenta, 2009).

Ainda sobre o período do Estado Novo Bento (2015, p.4) salienta que foi um tipo de imitação de fascismo, nas palavras do autor:

Uma característica quase sempre presente em um Estado centralizado é a tentativa de criar laços sociais de pertencimento, necessários para que os indivíduos se sintam representados pelo Estado. Neste sentido, a ideologia varguista afirmou-se a partir da naturalização da política, característica própria das doutrinas corporativistas. Não se trata de identificar o regime varguista com o fascismo, embora seja visível a circulação de uma cultura fascista a partir dos anos 1930. O Estado Novo foi mais do que mera imitação do fascismo, pois a sua composição heterogênea e as especificidades da sociedade brasileira demarcavam diferenças essenciais em relação aos modelos europeus.

Segundo Pimenta (2009), no ano de 1946 foi consolidada a Nova Constituição Federal Brasileira, com algumas características mais liberais e democráticas. Em relação a educação, a referida constituição realiza destaque para a educação primária, destacando esta como obrigatória e gratuita. No ano de 1948 foi encaminhado para a Assembleia Legislativa um Projeto de Lei que constituía a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (que só foi aprovada em 1961, reestruturada por acordos com liberais e conservadores).

Em 1964, no Brasil, acontece o Golpe Militar, instaurando a Ditadura Militar (1964-1985). Esta, segundo Pimenta (2009) anulou a democracia e reprimiu as formas de liberdade.

Com o golpe militar de 1964, todas as iniciativas de mudanças foram suspensas. A bandeira da Reforma Universitária, defendida pelo Movimento Estudantil, foi incorporada pelo estado, mas de maneira desvirtuada. A tendência do controle privativo ao ensino público já podia ser observada com a aprovação da LDB de 1961, principalmente com seu caráter liberal, vetando o monopólio do ensino pelo estado e defendendo a iniciativa privada, posição que foi

ampliada pelo regime militar e sustentada até os dias atuais. (PIMENTA, 2009, p. 44)

Diante disso é possível afirmar que a ditadura foi um período que marcou a sociedade brasileira interferindo diretamente nos níveis políticos, econômicos e sociais. Em relação a educação, durante a Ditadura Militar, várias reformas ocorreram abrangendo todos os níveis de ensino (reformas estas que influenciam até os dias de hoje a educação brasileira).

A política educacional do regime militar abrangeu, ao longo dos seus vinte e um anos de duração, todos os níveis de ensino, alterando a sua fisionomia e provocando mudanças, algumas das quais visivelmente presentes no panorama atual. Pautado pela repressão, o Estado editou políticas e práticas que, em linhas gerais, redundaram no tecnicismo; na expansão quantitativa da escola pública de 1º e 2º graus às custas do rebaixamento da sua qualidade; no cerceamento e controle das atividades acadêmicas no interior das universidades; e na expansão da iniciativa privada no ensino superior. Reexaminando o conjunto dessas políticas, podemos afirmar que a educação, tal como ocorrera na ditadura Vargas (1937-1945), porém, em maior escala, foi totalmente instrumentalizada como aparelho ideológico de Estado. Sob uma ditadura que perseguiu, prendeu, torturou e matou opositores, a escola foi um dos meios mais eficazes de difusão da ideologia que respaldou o regime militar. (BITTAR; FERREIRA JR, 2006, p.1161).

Entretanto, vemos as consequências da Ditadura Militar em todos os sentidos: político, ideológico e social. Seus efeitos são sentidos até hoje, tanto no nível educacional quanto no social. De acordo com Lira (2010) a Ditadura Militar perseguiu qualquer forma de oposição (as medidas postas por esse regime) nas universidades e escolas. Ainda em 1964, com ditadura instaurada no Brasil, o governo criou leis autoritárias para que os alunos não pudessem fazer qualquer movimento contra o governo. Procurou eliminar qualquer forma de representação nacional dos estudantes, criminalizando os movimentos estudantis e suas entidades representativas. Deve-se destacar a Lei nº 4464/1964, em que estabelece:

Fica vedado aos órgãos de representação estudantil qualquer manifesto ou propaganda de caráter político-partidário, bem como indicar, promover ou apoiar ausência coletiva dos trabalhos escolares, isto é, manifestações contra o governo. Determinou também que diretores de faculdades, de escolas e reitores incorrerão em falta grave se, por atos, omissão ou tolerância, permitirem o não cumprimento da lei. (LIRA, 2010, p. 64).

Assim, pode-se concluir que Ditadura Militar foi um retrocesso para o movimento estudantil, que tem uma função importante na formação acadêmica, principalmente nas universidades públicas.

Contudo em 1967 com a nova Constituição Federal, houve alteração na legislação referente a educação. Ocorreram reformas que, segundo Lira (2010), estabeleceram o fim da veiculação constitucional dos recursos para a educação, levando redução de investimento do governo nesta área. Contudo de acordo com ASSIS (2012):

A Constituição de 1967 deixou claro o descomprometimento do Estado com relação ao financiamento da educação pública e o incentivo à privatização do ensino. Ela extinguiu os percentuais mínimos de recursos a serem aplicados na educação pela União, Distrito Federal e Estados. Apenas manteve a obrigatoriedade financeira dos municípios, no montante de 20% da receita tributária municipal por ano, investidos no ensino primário. A União, segundo esta Constituição, deveria prestar assistência técnica e financeira aos Estados e ao Distrito Federal para o desenvolvimento dos seus sistemas de ensino, mas não houve referência aos percentuais mínimos a serem despendidos. O que este documento assegurou, foi o ensino livre à iniciativa popular, com amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive mediante bolsas de estudo, ou seja, o estímulo à privatização é visível. (ASSIS, p.328,2012)

Lira (2010) destaca o ano de 1967 em relação a política educacional, em que é produzido o Relatório de Meira Matos<sup>2</sup>. Este relatório, somado a outros, influenciou a reforma universitária<sup>3</sup> de 1968.

O autor acima citado ressalta que o governo deu ênfase na formação técnico profissional do ensino médio para capacitar as pessoas para o desenvolvimento do país a curto prazo, mas também aumentou também as vagas no ensino superior. Neste período também ocorreu greves e lutas políticas contra política educacional do governo, que usou força policial para reprimir os estudantes. Houve muitas prisões e repressão do exército, no Rio de Janeiro, mais especificamente na UFRJ. As referidas prisões culminaram com manifestações, que levaram o Conselho Universitário a suspender as

---

<sup>2</sup> O Relatório de Meira Matos surge a partir do descontentamento de vários setores da sociedade com o governo. Estes realizam reivindicações, que a fim de atendê-las o governo criou uma comissão técnica para “avaliar”, planejar e propor medidas para melhorar as diretrizes governamentais para a educação.

<sup>3</sup> A Reforma Universitária de 1968 focou na educação superior, preocupando-se com a formação para o mercado de trabalho.



aulas e o governo antecipar as férias com o objetivo de eliminar o movimento dos estudantes.

Ainda segundo Lira (2010) o pronunciamento de Tarso Dutra, Ministro da Educação na época, gerou conflitos e manifestações dos estudantes contra o governo no Rio de Janeiro (que ficou conhecida como a Passeata dos 100 mil<sup>4</sup>). Mesmo com a efervescência da sociedade mediante ao descaso com educação, Assis (2012) destaca que somente os interesses da minoria responsável pelo golpe da Ditadura Militar eram bases nos textos das leis.

Mesmo com um período de intensa movimentação de vários grupos de interesse presentes na sociedade brasileira, durante os treze anos entre a proposição do primeiro projeto de lei apresentado à Câmara Federal (1948) até sua discussão e promulgação (1961), o que predominou foram os interesses das minorias responsáveis pelo golpe militar de 1964, e os da burguesia internacional, que iriam determinar o texto legal e os efeitos práticos sobre a ordenação da educação brasileira das Leis nº 5.540, de 1968, e nº 5.692, de 1971. Os interesses de minorias marcaram os textos das leis, o que ficou nítido nos grupos de trabalho compostos pelo governo para elaborar os projetos, e na ação do Congresso Nacional de os aprovarem rapidamente (ASSIS, 2012. Apud RIBEIRO, 2000, p. 328).

Como já dito, a ditadura militar foi marcada por inúmeras mudanças econômicas, sociais, culturais e políticas no país. Diante disso, é importante citar que durante os anos de 1974 á 1985 houve instabilidades e esgotamento da ditadura militar, pelo fato de haver diferentes facções militares que não compartilhavam das mesmas opiniões e pela perda da aliança com a classe burguesa, também pela efervescência da sociedade civil desestabilizou a ditadura militar no Brasil (ASSIS, 2012,p. 337)

O período que se iniciou com a posse do presidente Ernesto Geisel em 1974 e se estendeu até o término do Governo Figueiredo, em 1985, foi caracterizado por um longo processo de crise que conduziria ao declínio e esgotamento da ditadura militar. A instabilidade do poder decorre “em primeiro lugar dos conflitos entre as diferentes facções militares, bem como do enfraquecimento da aliança entre estes e os setores da classe burguesa. Em segundo lugar, decorre também do crescimento da oposição ao Regime, no âmbito da sociedade civil” (ASSIS, 2012, p. 337 apud GERMANO, 2005, p. 211)

---

<sup>4</sup> Com adesão popular, a Passeata dos 100 mil foi um movimento contra a violência policial cometidas contra os estudantes e exigiam a volta da democracia. (LIRA, 2010.)

A educação no Brasil no período da Ditadura Militar sofreu cortes no financiamento, repressão por parte do estado autoritário. Porém, aconteceram duas reformas importantes que marcaram a história da educação no país durante este período. A primeira é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), instituída pela Lei nº 4.024 de 1961.

De acordo com autores, a tramitação desta Lei aconteceu 13 anos após a apresentação do primeiro projeto de Lei no Brasil, que ocorreu no ano de 1948. Em seu primeiro momento o projeto foi encoberto pelo Ministro da Educação da época, Gustavo Capamena, pois a proposta defendia a educação pública e descentralizada, competindo a união apenas a regulamentação. Assim, esse primeiro projeto foi arquivado. Dois anos depois a LDB volta a ser discutida, mas também não foi aprovada, pois foi associada ao comunismo que queria se apoderar da educação brasileira. Após longos períodos de discussão é finalmente promulgada no ano de 1961.

A LDB possui como principais características:

- Garante autonomia aos órgãos estaduais, garantindo a descentralização do poder;
- Regulamenta os conselhos de educação federal e estadual;
- Reestrutura o orçamento da união para educação, garantindo 12% para a União e 20% para o Estado;
- Garante que os professores sejam formados para as respectivas áreas de atuação;
- O ano letivo passa a ter 180 dias;
- O ensino religioso passa a ser facultativo.

Assis (2012) destaca que em 1971 a LDB foi reformulada. Esta reforma acontece em pleno período de Ditadura Militar, e garante:

- Educação moral e cívica, educação artística e saúde obrigatórias no currículo escolar;
- Ensino dos 7-14 anos obrigatório;
- Dinheiro público não exclusivo às instituições de ensino públicas

Em 1985 a Ditadura Militar chega ao fim no país. Com a eleição de Jose Sarney, o país entra em novos caminhos, na lógica liberal se adequando

a globalização. (Pimenta, 2009, p. 47). Com isso inicia-se uma nova trajetória para a sociedade brasileira.

## **1.2. A educação como Direito Fundamental: pós Constituição Federal de 1988.**

Baruffi (2011) aponta que debates sobre a educação sempre estiveram presente nas Constituições do Brasil, contudo é somente em 1988 que a educação se torna um direito de natureza fundamental e social. Refere que a presença da educação como direito na CF88 ocorre pois, anteriormente há debates com participação de intelectuais (com leitura das ações que estavam sendo propostas) e permitiu a construção do texto constitucional com uma perspectiva de direito social, culminando assim em avanço em relação a Constituição anterior.

De acordo com o Art. 6º da Constituição Federal de 1988, a educação é considerada como um direito social:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL,1988).

A Carta Magna de 1988, ao mencionar todos esses direitos sociais, apresenta um universo de normas que “enunciam tarefas, diretrizes e fins a serem almejados pelo Estado e pela sociedade” (Camara, 2013, apud Piovesan, 2010, p. 378). E não é diferente com a educação, sendo esta afirmada como direito fundamental de todos.

Com base nesse entendimento, é importante compreender e considerar a educação como "o ato ou efeito de educar-se, projetado para melhorar as habilidades humanas físicas, intelectuais e morais a Integração pessoal e social". (CAMARA, 2013, p.12 apud RAPOSO, 2005, p.1). Isso significa estabelecer conhecimento ou habilidades adquiridas durante o ensino de relacionamentos sob a perspectiva “ensino e aprendizagem” (CAMARA, 2013, p.12).

Como já apresentado a educação no Brasil atualmente é regida pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei 9.394/1996 (Lei que estabelece

diretrizes e bases da educação nacional), que será tratada na sessão posterior. A educação no Brasil é direito garantido pela Constituição Federal de 1988, como diz na própria lei a educação deve ser incentivada pela sociedade, visando o desenvolvimento da pessoa o preparo para exercer a cidadania e qualificação para o trabalho. (BRASIL,1988). Na medida em que a sociedade foi evoluindo, esta foi conquistando direitos ao decorrer do tempo, e não foi diferente com a educação.

A CF/88 trouxe uma série de avanços na parte educacional, como os princípios e objetivos de cada ente federado na educação, estruturou a educação em níveis e modalidades de ensino, criou um sistema próprio de financiamento. O artigo 205 (CF/88) traz como objetivo da educação o desenvolvimento pleno da pessoa, seu exercício da cidadania e sua qualificação para exercer um trabalho.

O artigo 206 define os princípios da educação no Brasil, sendo:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI - Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - Garantia de padrão de qualidade.
- VIII - Piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.
- IX - Garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida (BRASIL,1988)

O artigo 208 da CF/88 abarca a obrigatoriedade do Estado perante a educação Básica (compreendida entre os 4 à 17 anos de idade), e a obrigatoriedade do ensino médio e também com relação ao atendimento “especial” a pessoa com deficiência.

- Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
- I - Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
  - II - Progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
  - III - Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
  - IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola. (BRASIL, 1988)

Assim fica expresso de forma clara o dever do Estado perante a sociedade no que se refere ao direito da Educação. Ainda segundo Camara (2013) a inserção da educação como direito fundamental na CF/88 vai de encontro com o objetivo de construir uma sociedade livre e justa, buscando o desenvolvimento do país, erradicar a pobreza e acabar com as desigualdades sociais, promovendo o bem de todos.

O autor acima citado salienta que:

O reconhecimento no artigo 208, § 1º no tocante à educação como um direito público subjetivo, autoriza a possibilidade de, quando ocorrida uma violação a esse direito, exigência de incidência imediata e individual de cumprimento pelo poder público. Essa exigência ocorre devido ao fato de a educação ser um direito social. É cediço ressaltar, todavia, que a sua efetividade não está condicionada tão somente a uma prestação individualizada, mas, sim, é um dever do poder público efetivá-la coletivamente por meio da realização de políticas públicas (DUARTE, 2004 apud CAMARA, 2013, p. 16).

Em relação ao Ensino Superior (objeto deste trabalho), a CF/88 destaca em seu artigo 207: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. (Brasil, 1988).

Na CF/88 pouco se abrange sobre o ensino superior. Assim, veremos mais detalhadamente sobre a educação superior na sessão posterior, que se versará exclusivamente da Lei nº 9334/1996 e demais legislações importantes para a Educação no Brasil.

Por fim é possível compreender que a CF/88 foi fundamental para a educação brasileira. Foi por meio de sua promulgação que foi possível

transformar a educação do país com foco na gratuidade e na cidadania das pessoas.

### **1.3. As principais legislações referentes a educação brasileira após 1996**

No ano de 1996 foi promulgada a Lei nº 9.394 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação, conhecida popularmente como LDB, tendo como base o artigo 206 da CF/88. Esta é considerada a mais importante legislação brasileira referente à educação no país. Foi constituída para garantir o direito de toda população a ter acesso à educação gratuita e de qualidade, para valorizar os profissionais da educação, e estabelecer o dever dos entes federados (União, Estado e Municípios) em relação a educação pública, mas também regulamenta a educação privada.

A LDB 9.394/96 é também chamada de Carta Magna da Educação, foi inspirada e defendida pelo antropólogo Darcy Ribeiro, que conseguiu manter suas ideias em um texto bem sintetizado, permitindo uma generalização e flexibilidade, com positivas repercussões políticas. (FAGUNDES, 2008).

Um marco na regulamentação do ensino no país trouxe importantes inovações e permitiu colher avanços significativos. Mas algumas das transformações essenciais contidas no texto do então senador Darcy Ribeiro ainda não foram concretizadas. Segundo a LDB 9.394/96, a educação brasileira é dividida em dois níveis: a educação básica e o ensino superior. A educação básica sendo dividida em:

- Educação Infantil – creches (de 0 a 3 anos – não obrigatória) e pré-escolas (de 4 e 5 anos) – Concebe está como sendo gratuita e de competência dos municípios.
- Ensino Fundamental – anos iniciais (do 1º ao 5º ano) e anos finais (do 6º ao 9º ano) – É obrigatório e gratuito. A LDB estabelece que, gradativamente, os municípios serão os responsáveis por todo o ensino fundamental. Na prática os municípios estão atendendo aos anos iniciais e os Estados os anos finais.
- Ensino Médio – O antigo 2º grau (do 1º ao 3º ano). É de responsabilidade dos Estados. Pode ser/ou não técnico profissionalizante.

E a educação superior que é de competência da União, podendo ser oferecido por Estados e Municípios, desde que estes já tenham atendido os níveis pelos quais é responsável em sua totalidade. Cabe a União autorizar e fiscalizar as instituições privadas de ensino superior. A educação brasileira conta ainda com algumas modalidades de educação, que perpassam todos os níveis da educação nacional. São elas:

- Educação Especial – Atende aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.
- Educação a distância – Atende aos estudantes em tempos e espaços diversos, com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação.
- Educação Profissional e Tecnológica – Visa preparar os estudantes a exercerem atividades produtivas, atualizar e aperfeiçoar conhecimentos tecnológicos e científicos.
- Educação de Jovens e Adultos – Atende as pessoas que não tiveram acesso à educação na idade apropriada.
- Educação Indígena – Atende as comunidades indígenas, de forma a respeitar a cultura e língua materna de cada tribo.

As principais características da LDB é garantir educação pública e de qualidade para todos os brasileiros, por no mínimo nove anos (como prevê o artigo 4º, onde diz que a educação básica é obrigatória e gratuita dos quatro até os dezessete anos de idade). Assim, a educação é organizada em pré-escola, ensino fundamental e ensino médio, sendo dever dos pais matricularem seus filhos na escola com quatro anos de idade como também prevê o artigo 5º da lei.

Além dessas determinações, a LDB aborda temas como os recursos financeiros e a formação dos profissionais da educação.

Em 2018 é publicada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 13.632/2018, que inclui as artes visuais, a dança, a música e o teatro nos currículos dos diferentes níveis da educação básica.

A lei também determina como as organizações políticas administrativas do país ficarão responsáveis na gestão da educação, pois deve ser realizada em regime de colaboração para organizar o sistema de ensino.

De acordo com o artigo 8º, em seu inciso 1º da referida legislação, estabelece que caberá a União a política nacional de educação, exercendo uma função normativa, redistributiva e supletiva das demais instancias da educação. No artigo 9º estabelece quais as competências da União, como: elaborar o Plano Nacional de Educação, prestar assistência técnica para o sistema de ensino, junto aos estados e os municípios, estabelecerem as competências necessárias para nortear os currículos do ensino fundamental médio para garantir a formação básica comum, coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação, avaliar o rendimento escolar em todos os níveis com objetivo de melhorar a qualidade do ensino. Estabelecer normas gerais para o ensino de graduação e pós-graduação, avaliar as instituições de ensino superior, autorizar, reconhecer, supervisionar, credenciar e avaliar os cursos de ensino superior.

O Estado por sua vez deve incumbir-se de organizar junto aos municípios a oferta o ensino fundamental, elaborar e executar políticas e planos educacionais seguindo as normas do Plano Nacional de Educação, estabelecer normas complementares para seu sistema de ensino, assegurar o ensino fundamental e ofertar com prioridade o ensino médio, assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual, segundo o artigo 10º desta referida lei.

Os municípios devem realizar planos e projetos para seu sistema de ensino integrando as políticas educacionais do Estado e da União. Baixar normas e decretos para o sistema de ensino, fazer redistribuição em relação as suas escolas, oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, priorizando o ensino fundamental, e somente poderá atuar em outros níveis de ensino quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino. Por fim, assumir o transporte escolar dos alunos do município, podendo ainda integrar com o transporte da rede estadual para compor um sistema único de educação básica, conforme disposto no artigo 11º desta lei.

No artigo 12º estão estabelecidas as incumbências dos estabelecimentos de ensino, ou seja, o que é de responsabilidade do estabelecimento fazer e proporcionar para que aja uma boa qualidade no



ensino. Já no artigo 13º a lei coloca o que é de responsabilidade dos docentes, apontando quais as funções dos docentes perante a lei. Os demais artigos tratam como é a forma de organização do ensino por cada ente federado e demais artigos que não nos cabe citar nessa pesquisa.

Diante do que foi exposto entraremos no nosso tema central, os artigos que tratam da oferta do ensino privado, o primeiro deles é o artigo 19º que nos traz a classificação das instituições que tratam de ensino público e ensino privado, de acordo com o texto da lei:

**Art. 19º** As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas:

I – Públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;

II – Privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoa físicas ou jurídicas de direito privado. (BRASIL, 1996)

Sendo assim não podemos deixar de citar o artigo 20º que define como cada instituição privada de ensino se enquadra, de acordo com suas categorias nos termos desta lei.

**Art. 20.** As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias:

I – Particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;

II – Comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;

III – confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;

IV – Filantrópicas, na forma da lei (BRASIL, 1996).

Conforme citado acima no Brasil a educação é dividida em níveis de educação (artigo 21), sendo: a educação básica (formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), e a educação superior. Entretanto a lei em seus artigos 22º até o artigo 42º estabelece normas apenas à educação básica, qual não nos cabe citar nesta pesquisa pelo fato do foco central ser as instituições superiores de ensino.

Sendo assim podemos citar o artigo 43 onde estão sinalizadas as finalidades da educação superior no Brasil. Podemos observar uma ampla flexibilização para com o ensino superior, como podemos observar nos inciso I-

Estimular a criação cultural, o desenvolvimento científico e o pensamento reflexivo, III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, dentre outros. De acordo com Viggiani Bicudo (1998).

É importante evidenciar os significados dos verbos estimular e incentivar, que apontam para a ação de sensibilizar de modo positivo, as pessoas para a criação e a investigação, não anunciando uma vontade e comprometimento efetivos. Entretanto, a LDB explicita como finalidade da Educação Superior o comprometimento com a divulgação do conhecimento. (VIGGIANI BICUDO, 1998, p.75).

A educação superior abrange quatro níveis de cursos e programas (artigo 44°): cursos subsequentes, cursos de graduação, pós-graduação, e de extensão. É necessário destacar que em todos os níveis o candidato deverá ter concluído todo o ensino básico, e deverá se inscrever segundo as normas e exigências de cada instituição pública ou privada. A autorização e o reconhecimento destes cursos serão de acordo com as normas do artigo 46, assim como o credenciamento de instituições de educação superior terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação.

Segundo o artigo 45° a educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privada, com graus de abrangência e especializações, havendo nas instituições públicas a obrigatoriedade de no mínimo duzentos dias letivos de aula, ou seja dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver assim como estabelece o artigo 47°.

Outro artigo que traz sobre a educação no meio universitário é o artigo 52 que nos permite ter uma visão ampla sobre as universidades, como prevê o artigo:

**Art. 52.** As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

I – Produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II – Um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica e mestrado ou doutorado;

III – Um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

*Parágrafo único.* É facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber. (BRASIL,1996)

Diante do exposto, podemos ver a importância das universidades no nosso país, onde sua atuação está pautada no tripé ensino, pesquisa e extensão. Viggiani Bicudo (1998) realiza ponderações a este artigo da LDB. Nas palavras dela:

É bom lembrar, porém, que apenas a pluridisciplinaridade não garante a abrangência e a universalidade do modo de tratar temas e Problemas relevantes. E abrangência e universalidade são aspectos cruciais para a ciência e para a filosofia. Destacar temas e problemas relevantes, do ponto de vista científico e cultural, regional e nacional, e tratá-los mediante estudo sistemático pode circunscrevê-los a limites disciplinares e, quando muito, colocá-los na dimensão da interdisciplinaridade se não forem tratados na ótica de outros paradigmas que não aqueles da ciência positivista.(VIGGIANI BICUDO,1998, p.78)

Cabe ainda citar que as instituições de ensino superior públicas seguirão os princípios democráticos, como assegura o artigo 56:

Art. 56 As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes. (BRASIL,1996).

Nota-se que as instituições de ensino são obrigadas a assumir várias funções, de caráter político, cultural, social e econômico, tendo uma relação com uma função produtiva (PIMENTA,2009, p.47).

Os objetivos da política educacional estão atrelados com a nossa conjuntura capitalista, fazendo com que as políticas públicas como a educação fossem voltadas para uma lógica mercadológica pela intensa procura por um curso superior diante da expansão do mercado de trabalho.

Não podemos deixar de citar a portaria nº 438 de 28 de maio de 1998 que cria o exame nacional do ensino médio pelo Ministério da Educação. Tem como objetivo avaliar o ensino médio no país, mas também passou a ser um requisito essencial para o acesso a algumas instituições de ensino superior, como prevê a lei:

Artigo 1º - Instituir o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, como procedimento de avaliação do desempenho do aluno, tendo por

objetivos: I – conferir ao cidadão parâmetro para autoavaliação, com vistas à continuidade de sua formação e à sua inserção no mercado de trabalho; II – criar referência nacional para os egressos de qualquer das modalidades do ensino médio; III – fornecer subsídios às diferentes modalidades de acesso à educação superior; IV – constituir-se em modalidade de acesso a cursos profissionalizantes pós-médio.(BRASIL,1998)

Algumas leis foram criadas para facilitar o acesso à educação superior no país, uma das leis que podemos citar é a Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005, que tem como objetivo criar o Programa Universidade Para Todos – PROUNI. Esta visa “regular a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2005”, (BRASIL,2005).

O PROUNI, é um programa criado para conceder bolsas de descontos em instituições particulares e sem fins lucrativos. As bolsas podem ser integrais ou parciais com 50 % ou 25 % para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, cuja os critérios são definidos pelo Ministério da Educação (BRASIL,2005). Contudo a lei beneficiará as seguintes categorias:

Art. 2º A bolsa será destinada:

I - A estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral;

II - O estudante portador de deficiência, nos termos da lei;

III - a professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 1º desta Lei. (BRASIL,2005).

Em 29 de dezembro de 2008 foi criada a Lei nº 11. 892 que institui a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

O artigo 2º desta lei, nos apresenta o conceito dos IFS, que são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica

---

5 Lei que instituiu o Bolsa-Atleta que garantia aos atletas beneficiados valores mensais correspondentes o que estabelece a referida Lei.

nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

As finalidades e características de cada IFS deve compor o que sustenta o artigo 6º da lei nº 11.892/2008. Assim, em todos os estados brasileiros, os IFS têm como finalidade e característica:

I - Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente. (BRASIL,2008)

No ano de 2014 houve um grande avanço para a educação no país. No dia 05 de junho do referido ano foi aprovada a Lei nº13.005, que aprovou o Plano Nacional de Educação – PNE. Esta constitui 20 metas para a educação brasileira com vigência de dez anos, tem como finalidade demarcar as principais diretrizes e metas para a educação tanto no ensino infantil, no ensino fundamental, ensino médio e no ensino superior. As referidas metas devem ser embasadas pelas mais recentes pesquisas do IBGE, como a PNAD, os censos demográficos, pesquisas por amostragem e outras no âmbito educacional. Serão responsáveis pelo monitoramento das metas os seguintes órgãos:

Ministério da Educação- MEC; Comissão de Educação da Câmara dos Deputados; Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal; Conselho de Educação; e o Fórum Nacional de Educação. (BRASIL, 2014).

Em relação as metas da PNE para a educação superior, podemos citar a meta número 12 da PNE:

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.(BRASIL, 2014).

Para melhorar a qualidade da educação superior, a PNE estabelece em sua meta 13, a necessidade de contratação de mais profissionais com mestrado e doutorado para as instituições superiores.

Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores. (BRASIL,2014)

Já a meta 14 tem como objetivo elevar a formação na pós- graduação, ou seja “elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores” (BRASIL,2014,p.226).

Vale ressaltar que o PNE contém 254 estratégias para a realização das vinte metas. Além disso possui também o observatório da PNE, construído como uma plataforma de controle social para que o cidadão possa consultar e acompanhar as metas estabelecidas pela lei.

#### **1.4. As bases legais que sustentam o EAD no Brasil**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei nº 9.394 de 1996, em seu artigo 80 estabelece algumas normas para o Ensino a Distância – EAD - no Brasil.

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público; (Redação dada pela Lei nº 12.603, de 2012)

II - Concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder público, pelos concessionários de canais comerciais. (BRASIL,1996)

Foi a partir desse artigo que se desenvolveram decretos e portarias para o avanço do EAD no país, evidenciando-se assim o real interesse nesta modalidade de ensino pelo Governo Federal da época (devido a abrangência do artigo 80).

Diante disso, não podemos deixar de citar o decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a regulamentação o artigo nº 80 da LDB. Onde vemos a modalidade ganhando um formato mais abrangente nas legislações, pois temos a forma de organização, e algumas metodologias presenciais por obrigatoriedade, como prevê o artigo.

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

§ 1º A educação a distância organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, para as quais deverá estar prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais para:

I - Avaliações de estudantes;

II - Estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente;

III - defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente; e

IV - Atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso. (BRASIL,2005)

Cabe ressaltar que o artigo acima mencionado dispõe não apenas sob a modalidade de ensino superior, mas se refere a todos os níveis de educação, organizando assim, como faz com o ensino presencial, a educação a distância

no Brasil. Apresenta as competências do MEC para com o EAD, padronizando o ensino tanto EAD quanto presencial.

Para que uma instituição de ensino possa ofertar cursos EAD, sejam elas públicas ou privadas, deve-se credenciar junto ao MEC solicitando a autorização para os cursos que serão ofertados.

Os cursos de pós-graduação lato sensu (especialização) são independentes de autorização para funcionamento ou reconhecimento por parte do MEC. Porém, Parecer n.º 908/ de 1999 e da Resolução n.º 3 também de 1999 da Câmara de Educação Superior do CNE, que determinam condições de validade dos certificados de cursos presenciais de especialização, tornou-se necessária também a regulamentação de tais cursos na modalidade a distância.

Segundo Costa (2017) não são utilizados um modelo único para medir a qualidade do ensino EAD no Brasil. Mas em 2006 com a publicação do decreto n.º 6.303 (que altera o decreto n.º 5.622 de 2005 e altera também o decreto n.º 5.773 de 2006) o MEC decidiu elaborar referências de qualidade para as instituições e cursos (na modalidade EAD) sejam avaliados com a mesma importância e igualdade que o ensino presencial, afinal segundo o autor, o EAD pode ser ampliado e atender cada vez mais estudantes no Brasil.

Diante desse incentivo do Governo Federal para com o EAD, no ano de 2006 foi criada a Universidade Aberta do Brasil - UAB (pelo decreto n.º 5.800). Esta se constitui como universidade EAD, sendo fundamentada nos artigos 80 e 81 da LDB de 1996, cujo o principal objetivo do Governo Federal era a expansão e o desenvolvimento desta modalidade de ensino. Esta oferta cursos e programas superiores EAD, articulando com polos presenciais. Com isso é importante destacar os objetivos publicados na lei:

Artigo 1º

Parágrafo único. São objetivos do Sistema UAB:

- I - Oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;
- II - Oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;
- IV - Ampliar o acesso à educação superior pública;
- V - Reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;
- VI - Estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e



VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação. (BRASIL,2006)

Em relação aos polos presenciais, a legislação determina:

Artigo 2º§ 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se o polo de apoio presencial como unidade operacional para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância pelas instituições públicas de ensino superior. (BRASIL,2006)

Além disso os polos deveram ter uma infraestrutura e recursos humanos para receber os alunos, garantidos pelo Governo Federal através de editais publicados no Diário Oficial da União. Essas despesas serão pagas com a dotação orçamentaria MEC.

## **2. A EDUCAÇÃO COMO UM PROCESSO MERCANTIL NO SISTEMA CAPITALISTA E SERVIÇO SOCIAL**

Primeiramente é importante citar o que TAVARES; SOARES, (2007) explica que vivemos em uma sociedade capitalista, sendo assim, o capital é a matriz da sociedade. Vivemos em uma constante relação social de compra e venda com o capital, seja de mercadoria ou força de trabalho que o próprio trabalhador vende para o capitalista, em troca de salário. Isto resulta em uma dominação do capital sobre os trabalhadores, onde o capital se apropria de toda riqueza produzida gerando a desigualdade social.

Assim, a lógica do capital é tornar tudo mercadoria, com isso o indivíduo fica perdido, alienado, levando a ser cada vez mais individualista, pensando nele próprio. Portanto, segundo o que explica Mészáros (2017) citando Marx (1969) o trabalho é o fundamento ontológico<sup>6</sup> ao ser social e todas as outras dimensões sociais mantêm uma relação de dependência em relação ao trabalho, pois o trabalho é a matriz que nenhuma relação pode alcançar. O trabalho é a matriz da sociedade capitalista. Então não podemos pensar a educação sem pensar nesta relação de capital x trabalho.

De acordo com Mészáros (2008) as determinações do capital afetam as instituições como um todo, não só a educação no âmbito particular, pois estão todas ligadas aos processos sociais.

A educação é a forma que mais usamos para transmitir conhecimento, evidenciaremos aqui a educação formal, pois vivemos em uma sociedade capitalista, onde o capital transforma os seres humanos. Mészáros (2008) traz uma questão importante para esta reflexão, afirmando que o objetivo do Capital é fazer com que os indivíduos adotem como metas a reprodução deste sistema capitalista que vivemos. E isso acontece em todos os aspectos da sociedade, inclusive na educação.

---

<sup>6</sup> É relativo ao ser em si mesmo, em sua dimensão ampla e fundamental, que se refere aos entes múltiplos e concretos da realidade.

Existe um termo que o autor chama de internalização<sup>7</sup> pelos indivíduos, dando a legitimidade na posição da hierarquia da sociedade, ou seja, aceitando a reprodução do próprio capital. A própria educação nos faz seres que reproduzimos a dinâmica da vida capitalista, porque através da educação que os indivíduos têm a ideia de aceitação sob as condições que estamos vivendo na sociedade capitalista (MÉSZÁROS, 2008).

Ainda sobre o pensamento do autor acima citado, só existe uma forma de nos libertar da lógica do capital, “apenas a mais consciente das ações coletivas poderá livra-los dessa grave e paralisante situação” (MÉSZÁROS, 2008, p. 45). Ou seja, para a sociedade deixar de ser capitalista, é necessário que a sociedade em si tome consciência e se transforme.

A educação formal, ou seja, a educação como vemos hoje em instituições de ensino, ela por si só não é capaz de libertar os indivíduos das “garras” do sistema, mas ela pode fornecer uma alternativa emancipadora radical<sup>8</sup>. Pois a característica principal da educação é produzir um consenso coletivo, dentro dos seus limites legalizados, pelo próprio estado. De fato, espera que essa ideia de libertação venha pela educação formal, mas é um tanto espantosa e um considerável milagre como o autor aponta. Essa solução para libertar e romper com a lógica do capital, segundo o autor, não pode ser ações formais e focada em um determinado grupo, devem ser essenciais, e abarcar toda a sociedade (MÉSZÁROS, 2008)

Por fim, o que Méészáros (2008) abarca é que existem algumas reformulações para remediar<sup>9</sup> os efeitos da lógica do capital, como as leis por exemplo, porém elas não são suficientes para mudar a lógica do capital, o correto seria mudar a estrutura completa da sociedade. O que precisa ser confrontado e alterado é todo o sistema de internalização com todas as dimensões visíveis e ocultas do sistema capitalista. Então, romper com a lógica do capital na área da educação equivale a substituir as formas onipresentes e

---

<sup>7</sup> Adoção ou incorporação inconsciente de certos padrões, ideias, atitudes, práticas, personalidade ou valores de outra(s) pessoa(s) ou da sociedade, que o indivíduo passa a considerar como seus; introjeção, interiorização. (Internet < [https://pt.wikipedia.org/wiki/Internaliza%C3%A7%C3%A3o\\_\(sociologia\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Internaliza%C3%A7%C3%A3o_(sociologia))>, com adaptações)

<sup>8</sup> Relativo ou pertencente a raiz ou à origem; original.

<sup>9</sup> Reparar uma situação; fazer correções

profundamente enraizadas de internalização<sup>10</sup> iludida por uma alternativa concreta e abrangente.

A sociedade se transforma e a educação acompanha essas transformações, a nova ordem econômica mundial e o desenvolvimento tecnológico mudam a maneira como as pessoas pensam e trazem uma discussão de diversas práticas educacionais.

Ao citar as transformações da sociedade que influenciaram na educação podemos destacar o taylorismo/fordismo. Gramsci (2008) apud Mancebo (2019) destaca que o movimento vai muito além de organizar as atividades de trabalho em fabricas. Aponta ser uma combinação de princípios, valores, hábitos e normas de conduta que adentrou em diversos campos da sociedade como na religião, educação e na política, cuja principal objetivo era trazer uma nova forma de pensar e agir pelos trabalhador em que vai além do local de seu trabalho, para que o trabalhador não possa pensar de outra forma a não ser aquela que capital quer que ele pense.

Dentro dessas intenções e metas, o taylorismo-fordismo colocou como horizonte para a educação um projeto que promovia, deliberadamente, a “dualidade educacional”, sob a qual certas instituições estariam voltadas para o trabalho intelectual, preocupadas com os conceitos, teorias e reflexão (mormente o ensino superior e algumas poucas escolas de nível básico e médio voltadas para as elites), e, por outro lado, as demais instituições que seriam as responsáveis pela formação para o trabalho manual, para a prática e para a aplicação. (MANCEBO, 2019, p. 17)

Com isso podemos perceber que o taylorismo/ fordismo influenciaram na educação do trabalhador para que ele possa respeitar as vontades do capital sem questioná-las.

Quando este modelo taylorismo/fordismo acabou devido à crise do sistema capitalista nos anos 1970, o capital para se reestruturar adota novas medidas ortodoxas neoliberais combinadas com a flexibilização de trabalho, barateamento da mão de obra, produção e distribuição de mercadorias, reajustes fiscal e privatizações, medidas que só foram sofridas pelo trabalhador (MÉSZAROS,2002 apud MANCEBO, 2019,)

---

<sup>10</sup> Adoção ou incorporação inconsciente de certos padrões

O autor acima citado destaca que também aconteceu um processo de dominação política que tinha como principal objetivo retomar a hegemonia do capital e o processo reprodutivo.

Com isso em 1980 surgiu a acumulação flexível nas principais potências capitalistas, requerendo novas qualificações profissionais, educacionais e sociais. Neste período as ideias de taylorismo/ fordismo já estava sendo contestadas levando assim a adoção de novas medidas. Como explica Mancebo (2019, p. 19):

Assim, o debate sobre a flexibilização dos projetos e das práticas pedagógicas não é novo, mas intensificou-se após os anos 1970, obviamente, despojado do vigor crítico que marcou as “revoltas” estudantis de maio de 1968.

No ensino médio brasileiro, por exemplo, o princípio da flexibilização curricular encontra seu ápice na recente reforma levada a efeito pela Lei nº 13.415/2017.

Marcando assim um início de novo e diversificado modo de produção que influenciou também na educação (principalmente na superior), como em outras áreas da sociedade, não só nos países que são considerados grandes potencias capitalista, mas no Brasil como explica autor:

Fato é que, no Brasil, a partir dos anos 1990, a tendência à diversificação do sistema de educação superior não parou de se aprofundar, embalada no discurso ideológico de que o modelo único de universidade fracassou por seu alto custo, sua baixa eficiência, sua “natural” distância do mercado.(MANCEBO, 2019 ,p.20)

De fato, esta tendência de flexibilização está espalhada por toda a sociedade. Na educação brasileira o que mais repercute é que o regime de acumulação flexível anseia por uma educação que forme profissionais flexíveis para atuar com as mudanças do mercado no Capital. Com esse objetivo a educação foi sendo transformada de acordo com as necessidades de flexibilização proposta pelo Banco Mundial em 2003. Assim, foram criadas tutorias remotas, encurtamento de carreiras, modelos educativos baseados no conhecimento de competências profissionais, transformando professores em tutores e monitores (MANCEBO, 2019).

De acordo com o que foi apresentado podemos observar que além das mudanças já citadas acima, houve a alteração dos tipos de instituições, dos diplomas e certificados dos cursos nas diversas modalidades de ensino,

inclusivo EAD e semipresencial, para que pudessem formar profissionais para atender os campos exigidos pelo mercado de trabalho (MANCEBO,2019).

De acordo com Tonet (2016) o que está em voga no momento é a relação entre o setor público e o privado. Ou seja, o que mais transcende no setor público é a privatização, que segundo o autor é uma expressão da luta de classes. Para o autor, o resultado dessa luta de classes é a modificação na ordem do capital. Assim,

A disputa mencionada acima é responsável (Não única e nem sempre direta, mas fundamental) pelo desenvolvimento científico e tecnológico. Com a incorporação de novas tecnologias, os capitalistas tanto podem superar-se uns aos outros como manter, sempre, sob controle a classe trabalhadora. (TONET, 2016 p. 30).

Ainda seguindo a linha de pensamento do autor acima citado, se o trabalho entra em crise, logo a educação também. Pois como citado acima o trabalho é a matriz da sociedade capitalista. Tonet (2016) evidencia alguns pontos importantes para que a crise do trabalho e da educação ocorra. O primeiro é que a educação muitas vezes é inadequada diante do padrão de produção e das novas relações sociais. E isso acontece desde os primórdios da educação, e podemos observar que Luckesi (1992) fala da educação para a classe dominante está evidenciando o que acontece a vários anos na nossa sociedade.

Na sociedade de classes o conhecimento, que era comum a todos, foi se transformando em segredo a ser transmitido só para aqueles que pertenciam ao grupo dominante. Evidentemente, nem todos os conhecimentos se tornaram secretos, mas somente aqueles que serviam de maneira especial às expectativas e necessidades do segmento dominante. (Luckesi,1992, p. 79)

De acordo com Tonet (2016) e como observado por autores citados, com a crise do trabalho o capital se apodera de novas áreas para investir, e a educação é uma delas. A partir desse contexto se dá o processo de mercantilização e privatização transformando a educação em uma mercadoria como qualquer outra.

Oliveira (2009) destaca que o processo do setor empresarial investir na educação ocorre desde o período da ditadura militar. Mas isto era encoberto devido as leis que proibiam as instituições de darem lucro, mas isso só foi possível com a Constituição Federal de 1988.

Com isto as instituições começaram a ofertar novos cursos, mais vagas, e até materiais pedagógicos.

Além da oferta de vagas, presenciais ou a distância, tanto na educação básica quanto, em maior escala, na superior, difundiram-se outras atividades comerciais. No ensino básico, cresceu a venda de materiais pedagógicos e “pacotes” educacionais, que incluem aluguel de marca, pelo mecanismo de franquias, avaliação e formação em serviço do professor. (OLIVEIRA, p. 741, 2009).

Diante disso pode-se observar que educação tomou novos rumos após as novas leis do estado democrático, abrindo caminho para o capital investir e transformar a educação da forma como quiser.

## **2.1 Breve história da evolução da EAD no Brasil**

Para Pimenta (2009) a EAD não surgiu do nada, houve fases de experimentação, sucesso e fracasso. Demarca sua origem na Europa, entre os séculos XVIII (com as primeiras correspondências) e mais tarde no século XIX (com a iniciativa de alguns professores a EAD já existia em instituições). A primeira instituição na Europa, mais especificamente em Berlin, foi criada em 1856 por Charles Toussaint e Gustav Langenscheidt e deram o nome de primeira escola de Línguas por Correspondência. Nesta, em 1892, o reitor Willian R. Harper cria a Divisão de Ensino por Correspondência no Departamento de Extensão da Universidade de Chicago, em Oxford. Assim outras instituições foram sendo criadas pelo mundo. No século XX ampliou-se os números de países com instituições e cursos oferecidos por correspondência. Assim o EAD vai se abrindo pelo mundo tomando novas proporções.

Na América Latina, segundo a autora acima citada, a expansão do EAD tem histórico mais recente, com maior representatividade por volta de 1940 até 1990.

Contudo na Argentina já havia cursos privados por correspondência no ano de 1918, estruturados no modelo norte-americano. Portanto não temos uma data precisa para afirmar tal acontecimento, mas sabemos que em todos os países (independente do seu grau de desenvolvimento econômico) temos diversas instituições que oferecem cursos EAD para a população.

Na história do EAD temos vários momentos. Moore e Kearsley (2007) apud Costa (2017) dividem esses momentos em cinco gerações:

- 1º Geração: Marcada pelo uso de correspondência entre professores e alunos por meio de cartas;
- 2º Geração: O ensino passou a ser por meio do rádio e de televisão;
- 3º Geração: As universidades abertas começam a ofertar cursos EAD;
- 4º Geração: A interação entre professores e alunos começa a ser em tempo real, por meio de videoconferência e áudios;
- 5º Geração: O ensino e aprendizado passa a ser on-line, com as tecnologias de informação e comunicação por meio da internet.

Portanto pode-se concluir que a EAD foi se adequando as tecnologias da sociedade, acompanhando o desenvolvimento dos meios de comunicação e se aperfeiçoando até se transformar no que se refere a EAD hoje.

A EAD se desenvolveu no Brasil pelas tecnologias, mas não só com as tecnologias de informação como conhecemos hoje. De acordo com Ribeiro (2014) apud Costa (2017) o EAD não é uma modalidade de ensino criada nos tempos atuais, e sim uma modalidade de ensino que foi reinventada com a introdução das tecnologias de informação e comunicação na educação.

Os autores acima citados destacam que a história da EAD no Brasil está dividida apenas em três momentos: o primeiro momento se inicia com a criação das escolas internacionais no ano de 1904 e da criação da Radio Sociedade do Rio de Janeiro em 1923. O segundo o momento intermediário vai dos anos de 1939 a 1941, com a criação do instituto Monitor e Instituto Universal Brasileiro. Já o terceiro momento, considerado como moderno, é marcado pela criação de três institutos: o Instituto de Pesquisa em Administração da Educação, a Associação Brasileira de Televisão – ABT, e a Associação Brasileira de Educação a Distância – ABED (criada em 1995). De acordo com o autor isso seria os pontos cruciais para a criação do EAD no Brasil.

Ainda segundo Costa (2017) alguns acontecimentos devem ser destacados na história do EAD, partindo do momento intermediário. O primeiro



aconteceu na década de 40, onde criou-se a primeira Universidade EAD, conhecida como Universidade AR (patrocinada pelo SESC/SENAC e emissoras associadas). Na década de 50 o Sistema Radio Educativo Nacional e Sistema de Rádio Fusão da Arquidiocese de Natal-RN inspiraram a criação do MEC no ano de 1958. A década de 60 foi marcada pelo decreto nº 65.239 de 1969, que criou o SATE (Sistema Avançado de Tecnologias Educacionais) em âmbito federal. A década de 70 foi marcada pela criação da ABT, e a Fundação Roberto Marinho criou um projeto de educação supletiva a distância para o 1º e 2º grau (atualmente ensino médio). Já na década de 80 a Universidade de Brasília cria os primeiros cursos de extensão a distância. Na década de 90 cria o Telecurso, depois o PROINT (Programa de Integração Estudantil) o Sistema Nacional de Educação a Distância, e em 1996 é criada a SEED – Secretaria de Educação a Distância. Por fim, em 2000, é criado o telecurso profissionalizante, e também é formada a rede de educação superior a distância (composta por 70 instituições de ensino públicas no Brasil). O MEC também implantou cursos para a formação de professores da rede pública por meio do EAD, e em 2005 é criada a Universidade Aberta do Brasil.

Assim, o que é evidenciado pelo autor acima é que o EAD passou por uma longa trajetória até chegar como o ensino que conhecemos hoje.

O EAD, segundo Costa (2017) é uma modalidade de ensino é pautado no intenso uso de tecnologias de informação e comunicação, onde os professores e alunos estão separados fisicamente, compondo um ambiente virtual de aprendizagem. Esta modalidade de ensino tem se tornado cada vez mais utilizada no país, pois são ofertados cursos desde a educação básica até a pós graduação, dentre esses podemos destacar: cursos técnicos, profissionalizantes, graduação e pós graduação, onde os alunos podem estudar em horas diferentes, no local que quiserem.

É necessário destacar que esta modalidade ensino vem levantando questionamentos ao longo dos anos. Com relação a fatores que incluem o ensino a distância, um ponto importante a destacar segundo Costa (2017) é a diferenciação entre os termos ensino e educação a distância.

O termo ENSINO está mais ligado às atividades de treinamento, adestramento, instrução. Já o termo EDUCAÇÃO refere-se à prática educativa e ao processo ensino-aprendizagem que leva o aluno a aprender a aprender, a saber pensar, criar, inovar, construir

conhecimentos, participar ativamente de seu próprio conhecimento (LANDIM, 1997, p.10 apud COSTA, 2017, p. 64).

Assim, no EAD, as tecnologias da informação possibilitam o estudo por meio de métodos como a tutoria e a orientação a distância, e algumas atividades presenciais obrigatórias como provas, trabalho de conclusão de curso, estágio, como prevê o decreto nº 5622 de 2005 do MEC.

Diante disso Costa (2017) aponta que a educação passa a ser um processo colaborativo de ensino-aprendizagem onde o estudante é visto como total responsável pelo seu aprendizado.

No Brasil o EAD é regulamentado por leis e decretos que já foram citadas no capítulo I deste trabalho. O decreto nº 5.622 de 2005 do MEC caracteriza o EAD como:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (BRASIL,2005).

Segundo o no artigo 80º da LDB, também já citado no capítulo I, o poder público incentiva o desenvolvimento de programas de ensino EAD, em todos os níveis de educação no Brasil, evidencia-se a preocupação do governo em proporcionar o EAD. Portanto é possível afirmar que o Costa (2017) e a legislação concordam na concepção de educação a distância como uma modalidade pautada principalmente nas tecnologias de informação para estabelecer comunicação entre professores e alunos, desenvolvendo uma forma de interação colaborativa.

## **2.2. O Serviço Social na modalidade EAD: visão ampla do processo de expansão.**

O EAD cresceu rapidamente no Brasil, com aumentou o número de instituições que ofertam cursos a distância, e conseqüentemente o aumento do número de alunos e de professores.

Contudo, apesar do EAD atender todos os níveis de educação, a sua maior concentração é no ensino superior (Pimenta, 2009)

De acordo com Pereira (2012) foi em 2006 que os cursos de Serviço Social começaram a ser ofertados no Brasil na modalidade EAD. Atualmente são inúmeras IES que ofertam o curso de Serviço Social na modalidade EAD no país.

A pesquisa mais recente realizada pelo censo superior da educação 2018 (realizado pelo MEC) aponta que o número de vagas em cursos de graduação EAD soma um total de 4.703.712 vagas, sendo que desse total 135.076 são ofertadas em instituições públicas e 4.568.758 são ofertadas em instituições privadas. Com isso observamos que o número de vagas na rede privada é muito maior do que na rede pública. De acordo com a mesma pesquisa realizada pelo MEC, o ingresso nos cursos a distância deu um grande salto no ano de 2007 (a participação total de ingressantes era 15,4 % e no ano de 2017 foi para 33,3%).

Como no Serviço Social a modalidade de ensino começou a funcionar em 2006, ainda há poucas pesquisas a respeito desta modalidade. Larissa D. Pereira (2012, p.38) fez estudos pioneiros nessa área trazendo um panorama inicial “até junho de 2011, a base de dados do Sistema e-MEC apresenta a existência de 14 Instituições de Ensino Superior (IES) que ofertam cursos de Serviço Social a Distância em municípios espalhados por todo país, totalizando 56.651 vagas anuais”. (PEREIRA,2012, p. 38 apud GONÇALVES; SILVA, 2020, p. 93)

Um dado que nos chama atenção é que no ano de 2009 o curso de Serviço Social estava no ranking dos dez maiores cursos de graduação na modalidade EAD, com 130.179 matrículas nas instituições de ensino superior do país, ocupando o 6º lugar na tabela.

Pereira (2012, p. 36) destaca um dado importante:

Outro dado revelador, especificamente para a área do Serviço Social, diz respeito aos dez maiores cursos de graduação na modalidade EAD. Enquanto na modalidade presencial, o curso de Serviço Social não aparece entre os dez maiores cursos de graduação, na modalidade EAD apresenta-se como o 3º maior curso no ano de 2009, com 68.055 matrículas, atrás de Pedagogia (286.771 matrículas) e Administração (228.503 matrículas). (PEREIRA,2012, p. 36)

Diante desse dado apresentado faz-se necessário o questionamento de como um curso que não aparece nas tabelas dos cursos de graduação presencial e ocupa o 3º lugar de procura na EAD possa a chegar neste

patamar em tão pouco tempo? E quais as implicações disto para a formação profissional?

Segundo Pimenta (2009) as instituições que tem o maior número de alunos matriculados a distância no Brasil no ano de 2007 são: A Universidade de Brasília – UNB (75 mil alunos matriculados); a Unopar (70 mil alunos matriculados); Universidade Luterana do Brasil- ULBRA (50 mil alunos matriculados).

Após a realização de consultas de dados no site<sup>11</sup> e-Mec<sup>12</sup> (pesquisa realizada em 2020), verificou-se as IES que ofertam o curso de Serviço Social na modalidade EAD credenciadas pelo MEC, conforme apresentado na tabela a seguir:

Tabela 1: Listas de IES que oferecem curso de Serviço Social na modalidade EAD.

Instituição (IES)	Sigla	Categoria Administrativa	Modalidade	Vagas Autorizadas	Data Ato de Criação
UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	UCS	Privada sem fins lucrativos	A Distância	180	05/11/2018
UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	UNISINOS	Privada sem fins lucrativos	A Distância	80	09/11/2020
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS	UCPEL	Privada sem fins lucrativos	A Distância	200	30/10/2018
UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA	UNIARA	Privada sem fins lucrativos	A Distância	500	26/04/2018
UNIVERSIDADE DE UBERABA	UNIUBE	Privada sem fins lucrativos	A Distância	55	29/06/2006
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE RIO PRETO	UNIRP	Privada com fins lucrativos	A Distância	1255	20/08/2018
UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	UNESA	Privada com fins lucrativos	A Distância	2127	22/07/2010
CENTRO UNIVERSITÁRIO ÍTALO-BRASILEIRO	UNIÍTALO	Privada sem fins lucrativos	A Distância	1000	17/04/2019
UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	UNICSUL	Privada com fins lucrativos	A Distância	2000	18/12/2013

<sup>11</sup> Plataforma do governo federal que nos disponibiliza as IES

<sup>12</sup> O e-MEC foi criado para fazer a tramitação eletrônica dos processos de regulamentação. Pela internet, as instituições de educação superior fazem o credenciamento e o reconhecimento, buscam autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos. Em funcionamento desde janeiro de 2007, o sistema permite a abertura e o acompanhamento dos processos pelas instituições de forma simplificada e transparente.

CENTRO UNIVERSITÁRIO AUGUSTO MOTTA	UNISUAM	Privada sem fins lucrativos	A Distância	960	22/06/2017
CENTRO UNIVERSITÁRIO AUGUSTO MOTTA	UNISUAM	Privada sem fins lucrativos	A Distância	120	24/04/2018
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL	UNISC	Privada sem fins lucrativos	A Distância	500	27/09/2018
UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR	-	Privada com fins lucrativos	A Distância	7000	25/09/2006
UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO	UNINOVE	Privada sem fins lucrativos	A Distância	500	10/11/2006
UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO	UNINOVE	Privada sem fins lucrativos	A Distância	500	10/11/2006
UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO	UNINOVE	Privada sem fins lucrativos	A Distância	500	10/11/2006
UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO	UNINOVE	Privada sem fins lucrativos	A Distância	500	10/11/2006
UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO	UNINOVE	Privada sem fins lucrativos	A Distância	500	10/11/2006
UNIVERSIDADE BRASIL	UB	Privada sem fins lucrativos	A Distância	7460	09/03/2012
UNIVERSIDADE PAULISTA	UNIP	Privada com fins lucrativos	A Distância	7260	10/11/2004
CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA	NEWTON PAIVA	Privada com fins lucrativos	A Distância	2500	03/10/2007
CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS	FMU	Privada sem fins lucrativos	A Distância	100	21/12/2018
UNIVERSIDADE SANTO AMARO	UNISA	Privada sem fins lucrativos	A Distância	2300	11/04/2008
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS	UNIEVANGÉLICA	Privada sem fins lucrativos	A Distância	300	30/04/2019
UNIVERSIDADE SALVADOR	UNIFACS	Privada com fins lucrativos	A Distância	1100	-
UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO	UCDB	Privada sem fins lucrativos	A Distância	200	28/09/2016
UNIVERSIDADE TIRADENTES	UNIT	Privada com fins lucrativos	A Distância	1500	13/04/2004
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA	UNICEUB	Privada sem fins lucrativos	A Distância	500	28/12/2017
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA	UCB	Privada sem fins lucrativos	A Distância	575	11/05/2018
UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES	URI	Privada sem fins lucrativos	A Distância	500	06/11/2018
CENTRO UNIVERSITÁRIO FILADÉLFIA	UNIFIL	Privada sem fins lucrativos	A Distância	200	16/10/2014

UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL	ULBRA	Privada sem fins lucrativos	A Distância	4000	28/11/2007
CENTRO UNIVERSITÁRIO SANT'ANNA	UNISANT'ANNA	Privada sem fins lucrativos	A Distância	200	19/11/2018
UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO PROFESSOR JOSÉ DE SOUZA HERDY	UNIGRANRIO	Privada com fins lucrativos	A Distância	500	03/10/2018
UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE	UNESC	Privada sem fins lucrativos	A Distância	500	-
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VALENÇA	UNIFAA	Privada sem fins lucrativos	A Distância	1000	-
UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA	UNISUL	Privada sem fins lucrativos	A Distância	200	13/02/1976
UNIVERSIDADE DE FRANCA	UNIFRAN	Privada com fins lucrativos	A Distância	550	06/08/2013
CENTRO UNIVERSITÁRIO BRAZ CUBAS	-	Privada com fins lucrativos	A Distância	2000	10/05/2010
CENTRO UNIVERSITÁRIO CESMAC	CESMAC	Privada sem fins lucrativos	A Distância	300	14/02/2020
UNIVERSIDADE LA SALLE	UNILASALLE	Privada sem fins lucrativos	A Distância	780	21/09/2018
CENTRO UNIVERSITÁRIO - CATÓLICA DE SANTA CATARINA EM JARAGUÁ DO SUL	Católica em Jaraguá	Privada sem fins lucrativos	A Distância	240	28/03/2017
UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA	UNIVERSO	Privada sem fins lucrativos	A Distância	2000	11/06/2010
UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ	UNITAU	Pública Municipal	A Distância	990	01/10/2020
UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO	USF	Privada sem fins lucrativos	A Distância	300	21/09/2018
UNIVERSIDADE ANHANGUERA	UNIDERP	Privada com fins lucrativos	A Distância	16800	02/08/2006
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA GRANDE DOURADOS	UNIGRAN	Privada sem fins lucrativos	A Distância	3000	21/01/2008
UNIVERSIDADE POTIGUAR	UNP	Privada com fins lucrativos	A Distância	249	-
CENTRO UNIVERSITÁRIO FACEX	UNIFACEX	Privada sem fins lucrativos	A Distância	200	03/05/2019
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNISAN	UNISAN	Privada sem fins lucrativos	A Distância	80	29/08/2018
UNIVERSIDADE SANTA CECÍLIA	UNISANTA	Privada sem fins lucrativos	A Distância	750	-
UNIVERSIDADE METROPOLITANA	UNIMES	Privada sem fins lucrativos	A Distância	1000	22/11/2010

DE SANTOS UNIVERSIDADE POSITIVO	UP	Privada com fins lucrativos	A Distância	1000	25/02/2019
CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTO AGOSTINHO	UNIFSA	Privada com fins lucrativos	A Distância	200	30/01/2020
CENTRO UNIVERSITÁRIO GAMA E SOUZA	-	Privada sem fins lucrativos	A Distância	500	03/02/2020
UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES	UCAM	Privada sem fins lucrativos	A Distância	3091	11/02/2019
CENTRO UNIVERSITÁRIO JORGE AMADO	UNIJORGE	Privada com fins lucrativos	A Distância	500	30/08/2012
UNIVERSIDADE CESUMAR	UNICESUMAR	Privada com fins lucrativos	A Distância	10000	05/09/2013
FACULDADE EDUCACIONAL DA LAPA	FAEL	Privada com fins lucrativos	A Distância	6000	11/01/2019
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPOS DE ANDRADE	UNIANDRADE	Privada sem fins lucrativos	A Distância	1000	20/06/2017
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE	UNI-RN	Privada sem fins lucrativos	A Distância	200	-
CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE RIBEIRÃO PRETO	ESTÁCIO RIBEIRÃO PRE	Privada com fins lucrativos	A Distância	641	14/03/2011
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO LIMPO PAULISTA	UNIFACCAMP	Privada com fins lucrativos	A Distância	1500	24/07/2018
CENTRO UNIVERSITÁRIO SUDOESTE PAULISTA	UniFSP	Privada com fins lucrativos	A Distância	200	27/08/2020
FACULDADE MULTIVIX SERRA	MULTIVIX SERRA	Privada com fins lucrativos	A Distância	1200	03/01/2018
CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ	FAG	Privada sem fins lucrativos	A Distância	1000	25/07/2018
CENTRO UNIVERSITÁRIO SUMARÉ	-	Privada com fins lucrativos	A Distância	1000	-
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE	UNINORTE	Privada sem fins lucrativos	A Distância	100	14/12/2012
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA SERRA GAÚCHA	FSG	Privada com fins lucrativos	A Distância	500	02/05/2018
CENTRO UNIVERSITÁRIO INGÁ	UNINGÁ	Privada com fins lucrativos	A Distância	1200	23/10/2017
CENTRO UNIVERSITÁRIO	UNIPLAN	Privada com fins lucrativos	A Distância	5700	03/02/2015

PLANALTO DO DISTRITO FEDERAL - UNIPLAN						
CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI	UNIASSELVI	Privada com fins lucrativos	A Distância	4459	19/03/2008	
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIDOM - BOSCO	UNIDOM - BOSCO	Privada com fins lucrativos	A Distância	400	18/09/2019	
CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL	UNINTER	Privada com fins lucrativos	A Distância	3000	10/06/2015	
CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE SANTA CATARINA - ESTÁCIO SANTA CATARINA	-	Privada com fins lucrativos	A Distância	1095	16/12/2015	
CENTRO UNIVERSITÁRIO PROJEÇÃO	UNIPROJEÇÃO	Privada sem fins lucrativos	A Distância	600	12/03/2020	
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO VALE DO RIBEIRA	UNIVR	Privada com fins lucrativos	A Distância	80	-	
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNINOVAFAPI	UNINOVAFAPI	Privada com fins lucrativos	A Distância	600	27/02/2015	
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PLANALTO DE ARAXÁ	UNIARAXÁ	Privada sem fins lucrativos	A Distância	300	25/06/2018	
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOS GUARARAPES	UNIFG	Privada com fins lucrativos	A Distância	120	03/05/2019	
CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNDAÇÃO DE ENSINO OCTÁVIO BASTOS - FEOB	UNIFEOB	Privada sem fins lucrativos	A Distância	120	13/05/2019	
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LINS	UNILINS	Privada sem fins lucrativos	A Distância	300	28/10/2019	
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIBTA	-	Privada com fins lucrativos	A Distância	1000	03/08/2018	
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACEAR	-	Privada com fins lucrativos	A Distância	2000	02/05/2018	
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE EXCELÊNCIA ENIAC	ENIAC	Privada com fins lucrativos	A Distância	400	03/06/2019	
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PARANÁ	UniFaesp	Privada sem fins lucrativos	A Distância	400	15/02/2019	
CENTRO	UNIFACP	Privada com	A Distância	100	16/10/2020	



UNIVERSITÁRIO DE PAULÍNIA		fins lucrativos			
CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMETRO	Unifametro	Privada com fins lucrativos	A Distância	100	29/05/2019
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACIG	-	Privada com fins lucrativos	A Distância	150	-
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIRB	UNIRB	Privada com fins lucrativos	A Distância	3000	27/06/2019
CENTRO UNIVERSITÁRIO INTA	UNINTA	Privada sem fins lucrativos	A Distância	5000	12/07/2017
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNINORTE	-	Privada com fins lucrativos	A Distância	150	07/11/2018
CENTRO UNIVERSITÁRIO CEUNI – FAMETRO	FAMETRO	Privada com fins lucrativos	A Distância	200	-
FACULDADE DO MARANHÃO	FACAM-MA	Privada com fins lucrativos	A Distância	1800	17/07/2017
FACULDADE SANTO AGOSTINHO	FASA	Privada com fins lucrativos	A Distância	2000	12/07/2019
FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DE FLORIANO	FAESF	Privada com fins lucrativos	A Distância	2000	08/01/2020
CENTRO UNIVERSITÁRIO ATENEU	-	Privada com fins lucrativos	A Distância	500	25/10/2018
FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA	FAESF/UNEF	Privada com fins lucrativos	A Distância	2500	14/08/2017
ABEU - CENTRO UNIVERSITÁRIO	UNIABEU	Privada sem fins lucrativos	A Distância	2000	04/12/2020
FACULDADE DOM ALBERTO	FDA	Privada com fins lucrativos	A Distância	300	02/09/2019
CENTRO UNIVERSITÁRIO FADERGS	FADERGS	Privada com fins lucrativos	A Distância	200	27/04/2017
CENTRO UNIVERSITÁRIO FAVENI	UNIFAVENI	Privada com fins lucrativos	A Distância	400	15/08/2018
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFTEC	-	Privada com fins lucrativos	A Distância	1000	-
CENTRO UNIVERSITÁRIO PARAÍSO	-	Privada com fins lucrativos	A Distância	500	-
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOM PEDRO II	UNIDOMPEDRO	Privada com fins lucrativos	A Distância	1600	19/12/2016
CENTRO UNIVERSITÁRIO CIDADE VERDE	UNIFCV	Privada com fins lucrativos	A Distância	300	04/01/2019
CENTRO	UNIFACVEST	Privada com	A Distância	700	31/10/2016

UNIVERSITÁRIO FACVEST		fins lucrativos			
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE CARATINGA	UNEC	Privada sem fins lucrativos	A Distância	100	01/02/2020
FACULDADE UNIÃO DE GOYAZES	FUG	Privada com fins lucrativos	A Distância	1000	13/11/2020
FACULDADE TERRA NORDESTE	FATENE	Privada com fins lucrativos	A Distância	200	-
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFATECIE	UNIFATECIE	Privada com fins lucrativos	A Distância	1000	03/07/2020
FACULDADE PROMINAS DE MONTES CLAROS	PROMINAS	Privada com fins lucrativos	A Distância	1000	05/10/2020
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOCTUM DE TEÓFILO OTONI	UNIDOCTUM	Privada sem fins lucrativos	A Distância	1800	11/03/2019
FACULDADE UNIÃO ARARUAMA DE ENSINO S/S LTDA.	FAC-UNILAGOS	Privada com fins lucrativos	A Distância	500	-
FACULDADE CGESP GOIANIA	FAC CGESP	Privada com fins lucrativos	A Distância	150	-
FACULDADE CATÓLICA PAULISTA	FACAP	Privada sem fins lucrativos	A Distância	800	15/07/2019
FACULDADE DE EDUCAÇÃO MEMORIAL ADELAIDE FRANCO	FEMAF	Privada com fins lucrativos	A Distância	200	18/12/2019
FACULDADE CAPITAL FEDERAL	FECAF	Privada com fins lucrativos	A Distância	300	12/07/2019
FACULDADE IMPACTO	-	Privada com fins lucrativos	A Distância	300	26/03/2020

**Fonte:** Elaboração da autora, a partir dos dados do E-MEC (2020).

Diante dos dados apresentados é possível observar uma ascensão no número de cursos de Serviço Social na modalidade EAD, sendo atualmente 119 IES. Destas apenas 1 é pública, e as demais são privadas. A maioria dos cursos foram criados após o ano de 2006. Outro dado extremamente importante é a análise da alta oferta de vagas nos cursos da modalidade EAD.

### 2.3 A incompatibilidade entre EAD e o curso de Serviço Social

A relação entre a formação e o exercício profissional está descrita na Lei de Regulamentação da Profissão (nº 8662/93), mais especificamente onde trata das atribuições privativas do Serviço Social.

Como determina a lei:

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

- I - Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;
- II - Planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;
- III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;
- IV - Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;
- V - Assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;
- VI - Treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social
- VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;
- VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;
- IX - Elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;
- X - Coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;
- XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;
- XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;
- XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional. (BRASIL,1993)

Diante disso nota-se que é de responsabilidade também dos profissionais a formação profissional, portanto é válido ressaltar o posicionamento das entidades de Serviço Social existentes no Brasil (O CFESS, CRESS, ABEPSS, ENESSO) referentes ao processo formativo do Serviço Social.

O CFESS<sup>13</sup> (2014) buscou trazer algumas reflexões pertinentes a formação profissional de assistentes sociais pelo EAD, e sobre a qualidade do processo de formação, principalmente relacionados aos estágios (ponto onde o CFESS fez os primeiros apontamentos).

---

<sup>13</sup> CFESS é um órgão regulamentado pela Lei 8662/93, de autarquia federal que tem como atribuições legais: orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional e educativo. (BRASIL,1993).

O Conselho Federal aponta, em relação ao processo formativo, que existe uma relação intrínseca entre o curso de Serviço Social e o exercício profissional que ocorre por meio da realização do estágio obrigatório. É nesta relação onde o CFESS/ CRESS se envolve e tem um contato com a graduação, pois é papel deste órgão fiscalizar o exercício profissional. Por isso o CFESS recebeu diversas denúncias referente a irregularidades nos campos de estágio realizados no EAD (CFESS,2014).

De acordo com o CFESS o processo de supervisão de campo teve como principal irregularidade o número excessivo de estagiários com relação a carga horária de trabalho profissional, ou seja, a carga horaria era incompatível com a quantidade de estagiários. Segundo a resolução do próprio CFESS nº 533/2008 estabelece que o limite máximo não deve exceder de 1(um) estagiário para cada 10 (dez) horas semanais de trabalho de trabalho (CFESS,2014).

Outro motivo de denúncia realizadas ao CFESS/CRESS foi a falta de supervisão direta de um assistente social, que pode implicar na responsabilidade ética e penal (CFESS,2014). Isto também pode causar problemas tanto na qualidade do processo de supervisão de estágio, quanto na vida acadêmica, fragilizando o processo de estágio.

Outras irregularidades citadas pelo CFESS são cometidas pelas instituições de ensino, referente ao processo de supervisão acadêmica de estágio.

O momento da supervisão acadêmica é tão fundamental que a ABEPSS, em sua Política Nacional de Estágio (2010), indica a necessidade de as turmas de estágio não ultrapassarem o quantitativo de 15 discentes por supervisor/a acadêmico/a, permitindo ao/à mesmo/a uma supervisão mais qualificada, com aproximação junto aos campos de estágio e supervisores/as de campo. (CFESS,2014, p.29).

Diante disso, como aponta o CFESS, podemos indicar os principais erros cometidos pela IES que ofertam curso de Serviço Social na modalidade EAD:

- Supervisão acadêmica realizada via EAD;
- Supervisão acadêmica e de campo realizadas pelo mesmo profissional
- Falta de supervisão acadêmica

- Supervisores com registros em outro estado/ou cancelados e/ou sem registro profissional no CRESS
- Supervisão acadêmica somente uma vez a cada mês
- Número excessivo de estagiários
- Falta de comunicação com o campo de estágio

É considerando esses aspectos, e os debates já realizados sobre este assunto (referentes a importância da qualidade do ensino e exercício profissional do assistente social), que o CFESS regulamenta, por meio da resolução nº 533 (de 29 de setembro de 2008) a supervisão direta de estágio em Serviço Social.

Art. 2º. A supervisão direta de estágio em Serviço Social é atividade privativa do assistente social, em pleno gozo dos seus direitos profissionais, devidamente inscrito no CRESS de sua área de ação, sendo denominado supervisor de campo o assistente social da instituição campo de estágio e supervisor acadêmico o assistente social professor da instituição de ensino. (CFESS,2008).

O CFESS aponta grandes falhas das IES que ofertam o curso de Serviço Social na modalidade EAD estão relacionadas ao estágio, desconsiderando ser uma atividade privativa do assistente social, onde somente ele pode exercer esta função.

Art. 4º. A supervisão direta de estágio em Serviço Social estabelece-se na relação entre unidade acadêmica e instituição pública ou privada que recebe o estudante, sendo que caberá:  
I) ao supervisor de campo apresentar projeto de trabalho à unidade de ensino incluindo sua proposta de supervisão, no momento de abertura do campo de estágio;  
II) aos supervisores acadêmico e de campo e pelo estagiário construir plano de estágio onde constem os papéis, funções, atribuições e dinâmica processual da supervisão, no início de cada semestre/ano letivo. (CFESS,2008).

Outro problema que o CFESS cita é a falta de comunicação entre as IES e com os campos de estágio, que acaba prejudicando o aprendizado dos acadêmicos, pois o processo de estágio é fundamental para o aprendizado.

Isto se dá, pois, sem realizar a supervisão de estágio como definida por Lei será considerada irregular, podendo implicar em punições realizadas pelo CRESS/CFESS.

Podemos citar como problemas:

- Informações incompletas sobre o campo de estágio;

- Realização de carga horária menor que estabelecido por lei (450 h) e/ou intensa carga horária realizada em pouco tempo;
- Estágio oferecido de forma incoerente com o período letivo do aluno;
- Cursos com ausência de assistente social na coordenação
- Sem estrutura para receber estagiário em condições éticas e técnicas;
- Atraso e ausência de credenciamento dos campos de estágio junto ao CRESS;
- Estagiários com atividades que não competem ao Serviço Social
- Campo de estágio em polos EAD;
- Não cumprimento da carga horária exigida pelo projeto pedagógico do curso de Serviço Social;
- Campos de estágio não inscritos no CRESS, da região que residem.

Por fim a responsabilidade ética e técnica do estágio supervisionado é tanto do supervisor de campo quanto do supervisor acadêmico, sendo dever de ambos garantir o que está previsto na resolução 533/2008 no artigo 5º da referida resolução.

Essas situações aqui apresentadas podem impactar seriamente e negativamente na formação profissional de Serviço Social, revelando o descumprimento a resolução 533/2008 do CFESS e da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n. 8662/1993).

Nesta perspectiva esses erros na formação em Serviço Social EAD gera um impacto na formação destes profissionais, como explica:

Consideramos que as situações expostas não são meros 'erros' e/ ou 'desvirtuamentos' do processo formativo na modalidade de EaD, mas constituem a lógica do processo de expansão do ensino superior brasileiro: massificada, de caráter mercantil, sem prever condições de trabalho docente que possibilitem a realização do ensino, da pesquisa e da extensão de forma indissociável.(CFESS, 2014, p. 34).

O CFESS (2014) aponta ainda que o método EAD não consegue atender às reais necessidades da maioria da população brasileira (que são os trabalhadores), muito menos de garantir um ensino público de qualidade gratuito. Destaca ainda que a formação em Serviço Social busca garantir

profissionais formados com qualidade nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, questões cruciais para um bom desempenho no local de trabalho do assistente social, e que a formação em EAD pode não corroborar com esses preceitos (CFESS,2014).

Um processo formativo desqualificado relaciona-se com a desvalorização profissional e conseqüente reconfiguração do perfil profissional, na medida em que um graduado em serviço social, formado com frágil embasamento teórico-metodológico, técnico-interventivo e ético-político, não tem possibilidades efetivas de se contrapor, por meio de estratégias profissionais cotidianas, ao perfil contemporâneo da política social brasileira: focalista, minimalista, residual, não concebida como direito universal, mas de ação focal nos/as mais 'empobrecidos/as', sem a garantia de um padrão civilizatório digno para toda a população, mas claramente concebida para 'aliviar a pobreza'. (CFESS, 2014, p. 35).

Mas não podemos deixar de citar que não há uma formação debilitada somente na educação EAD, existe também no ensino presencial, mas na logica mercantil do EAD viabiliza a fragilização da formação e a desvalorização profissional. Como Pimenta (2009) esclarece em sua tese.

É na direção de defesa da profissão, de sua valorização, que o Conjunto CFESS-CRESS, a ABEPSS e a ENESSO vêm mais uma vez ressaltar a preocupação com a expansão de cursos de serviço social no país, especialmente na modalidade de EaD – mas também em cursos presenciais não universitários e sem a efetiva condição de trabalho docente -, que apontam para a formação de profissionais fragilizados/as em sua dimensão interventiva, o que, por sua vez, desqualifica o atendimento na rede de serviços sociais públicos e privados do país.(CFESS, 2014, p. 35).

Diante do exposto, vale ressaltar a importância da luta para a valorização profissional e formação de qualidade, e a preocupação do CFESS/CRESS, ABEPSS E A ENESSO com a graduação o ensino de qualidade, também com os cursos presenciais quanto EAD.

Devido à preocupação com a graduação em Serviço Social, no ano de 2011 a ABEPSS veiculou uma carta para os estudantes do curso de Serviço Social, tanto na modalidade EAD quanto presencial, onde destaca que há uma preocupação com as inúmeras denúncias que vinha recebendo de alunos, movimentos estudantis e professores das IES públicas e privadas para questões como: precárias condições de trabalho, o fortalecimento da luta para melhores condições de formação. E neste sentido a ABEPSS se posiciona contrária ao que se vem acontecendo com a educação no Brasil, uma lógica

mercadológica, quanto mais rápido, barato, e mais profissionais formados para manter a forma da lógica do Capital, que é precária, individualista e competitiva, e busca formar trabalhadores para se adaptarem nessas condições de trabalho. Com isso ABEPSS lançou uma campanha “educação não é *fast-food*” com o objetivo de ampliar e fortalecer o espaço de formação com condições de ensino de qualidade garantidos para quem escolher esta profissão desafiante (ABEPSS,2011).

O papel da ABEPSS, CFESS, ENESSO e ANDES nessa Campanha é o de evidenciar a importância da formação de qualidade, resguardando a devida atenção aos princípios fundamentais que sustentam o Serviço Social para um exercício profissional compatível com os desafios de atuar nas diferentes, múltiplas e contraditórias expressões da questão social na realidade brasileira. Para isso, cabe desenvolver, durante a formação, a capacidade de análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país, considerando as particularidades regionais. Esse movimento pressupõe a inserção dos sujeitos nesta realidade local, com aproximação teórico-prática nas diversas disciplinas, articulando ensino, pesquisa e extensão (atividades eminentemente orientadas e realizadas presencialmente) de outros princípios presentes nas Diretrizes Curriculares. (ABEPSS, p.2, 2011)

Diante disso entende-se que a condição que o ensino superior está tomando é possível ser mudada, por meio da mobilização de todos esses órgãos e alunos, professores e profissionais. Pensar a educação implica pensar na relação com a mobilização da classe trabalhadora, para melhores condições do ensino não só no superior, mas em todas as áreas. Também coloca-se como necessária a articulação com movimentos sociais e populares, sindicatos, movimento estudantil e profundo trabalho de base.

Frente à problematização apontada busca-se apresentar as características atuais dos cursos de Serviço Social EAD, tendo como foco o Município de Ivaiporã PR, focalizando em apresentar dados da formação profissional em Serviço Social.



### 3. A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA MODALIDADE EAD EM IVAIPORÃ/PR

#### 3.1 Metodologia da pesquisa

De acordo com Gil (2002) a pesquisa é um processo fundamental, que busca respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa ocorre em um processo longo, de diversas fases e métodos científicos, desde a sua formulação do problema até a apresentação dos dados.

Este trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Serviço Social tem como objeto a formação profissional em Serviço Social na modalidade a distância no município de Ivaiporã-PR, e se caracteriza como uma pesquisa exploratória, cuja principal objetivo da pesquisadora é conhecer a educação enquanto política pública (com ênfase na educação superior do curso de Serviço Social)

Para Gil (2002) a pesquisa pode ser classificada, com base no objetivo em: exploratória, descritiva ou explicativa. A pesquisa exploratória possibilita maior proximidade com o problema ou objeto, pode torná-lo mais flexível. Basicamente, este tipo de pesquisa tem como objetivo o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições do pesquisador. E destaca:

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que "estimulem a compreensão" (SELLTIZ et al., 1967, p. 63 apud GIL, 2002, p. 41)

Com relação aos procedimentos de execução desta pesquisa foram utilizados, em um primeiro momento, a pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das

diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas (GIL, 2002, p. 44)

Já em um segundo momento a aproximação com o campo de estudo. Para isso foram levantadas as quantas IES existentes no município, quantidade de alunos, os cursos oferecidos, e por fim a elaboração de instrumental para a coleta de dados.

Segundo Zanella (2011) a execução da pesquisa existe três momentos:

A etapa de execução da pesquisa envolve três momentos: a preparação do campo de pesquisa, a entrada no campo e o processamento e análise dos dados. (ZANELLA, 2011, p. 45-46)

Devido a pandemia da Covid-19 decretada no ano de 2020<sup>14</sup>, e a necessidade de isolamento social, esta pesquisa foi diretamente impactada. Assim, ficamos impossibilitados de realização de encontro e visitas presenciais a IES. Desta forma, a pesquisa teve que ser readaptada. Assim, foi realizado primeiramente contato telefone com as atendentes dos polos EAD, para se descobrir os pontos já citado acima, referentes ao segundo momento da pesquisa. Posteriormente, a pesquisa se deu nos sites oficiais das IES.

No que tange o método para coleta de dados para pesquisa pode-se dividir em dois: método quantitativo, que é utilizado “(...) oriundos das ciências físicas, da matemática e da estatística. Caracteriza-se pela adoção de métodos dedutivos e busca a objetividade, a validade e a confiabilidade” (Zanella, 2011, p. 95), e o método qualitativo usado na descrição aprofunda de um objeto.

---

<sup>14</sup> Segundo AQUINO, (2020) a pandemia da nova corona vírus (SARS-CoV-2) trouxe um grande impacto para o mundo. Com a chegada do vírus muitos países, como o Brasil adotaram uma série de intervenções para reduzir a propagação do vírus e retardar o rápido desenvolvimento da pandemia. Essas medidas incluem casos de quarentena; incentivo à higienização das mãos, adoção de etiqueta respiratória e uso de máscaras caseiras; adoção de medidas graduais de isolamento social, incluindo o fechamento de escolas e universidades, proibição de atividades e reuniões em massa, restrição de viagens e transporte público e conscientização das pessoas de ficar em casa, Até que seja totalmente seguro circular na rua, devido a contaminação, com exceção da compra de alimentos e remédios ou da busca por atendimento médico.

Diante disso a referida pesquisa se fundará no método qualitativo, como destaca a autora:

(...)o método qualitativo não emprega a teoria estatística para medir ou enumerar os fatos estudados. Preocupa-se em conhecer a realidade segundo a perspectiva dos sujeitos participantes da pesquisa, sem medir ou utilizar elementos estatísticos para análise dos dados (ZANELLA, 2011 p.99).

Por fim o método utilizado para a análise desta pesquisa é o estudo comparativo, que tem como objetivo apresentar as características similares e diferenças entre as grades curriculares do curso de Serviço Social EAD e o curso presencial da UEM, comparando-as e formulando hipóteses.

Gil (2008) explica que o método comparativo acontece pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos com objetivo de ressaltar as diferenças e as semelhanças entre eles. "Sua ampla utilização nas ciências sociais deve-se ao fato de possibilitar o estudo comparativo de grandes grupamentos sociais, separados pelo espaço e polo tempo (GIL, 2008, p. 16-17).

### **3.2. Contextualização do território do Vale do Ivaí e Ivaiporã.**

A região do Vale do Ivaí está localizada ao Norte do Paraná, fazendo divisa com os territórios de Londrina, Maringá, Campo Mourão e com o território central do Paraná e caminhos do Tibagi.

A referida região é constituída por 25 municípios que reúne cerca de 309.021 habitantes, contabilizando cerca de 3% da população total do Estado do Paraná (IPARDES,2007).

A história dos municípios que compõem este território está ligada à história de colonização do Norte novo paranaense, a partir do ano de 1940 com base na economia cafeeira e agrícola. Porém este território nos últimos 10 anos, segundo pesquisa do IPARDES (2007), vem demonstrando um expressivo esvaziamento populacional. Cabe evidenciar que esse fator se dá por vários motivos, sendo um deles referente ao processo de modernização da agricultura paranaense, principalmente após a década de 1970, que provocou intensos movimentos de evasão rural.

A expectativa de vida no território do Vale do Ivaí está no patamar de 70 anos de idade, com predomínio o sexo masculino. O IPARDES (2007), em relação ao IDH- M, reflete mudanças significativas nas relações sociais destes

municípios. De modo geral, a região do Vale do Ivaí no decorrer dos anos, obteve um forte investimento na área de educação se comparado a saúde e renda. O total de famílias pobres desta região no ano de 2000 era de 24964, representa cerca de 26,9% da população total de famílias do Paraná. De modo geral, todos os municípios do Vale do Ivaí apresentam altas taxas de pobreza, porém em termos absolutos os municípios de Apucarana e Ivaiporã obtêm o maior número de famílias pobres. Existe também uma grande parcela da população pobre reside nas áreas rurais (70% das famílias são pobres), com destaque para os municípios de: Ariranha do Ivaí, Rio Branco do Ivaí, Corumbataí do Sul, Novo Itacolomi, Rosário do Ivaí, Arapuã e Cruzmaltina. Assim, os níveis de desigualdade neste território também são superiores à média do Estado.

Com as informações aqui apresentadas, nota-se que a região é agrícola, marcada por desigualdades sociais em todos os âmbitos, não sendo diferente de outros territórios do Brasil.

Vale destacar alguns indicadores referentes a política de educação neste território. Segundo o IPARDES (2020) dados apontam que o total de alunos matriculados na educação básica é de 53.987, deste número 5.966 alunos frequentam a creche, 6.782 frequentam a pré-escola, e no ensino fundamental são 31.372 alunos, já no ensino médio 9.288 alunos devidamente matriculados.

No que tange a educação superior do Vale do Ivaí, o IPARDES (2020) revela que o número de alunos matriculados no ensino superior presencial é de 6.542 alunos. Já o ensino a distância possui 5.224 alunos que estão devidamente matriculados.

Neste território a taxa de analfabetismo não está disponível no site do IPARDES (2020), pois só existe a taxa de analfabetismo de pessoas maiores de 15 anos de idade no estado do Paraná que é de 6,28 (de acordo com o censo do IBGE/ 2010).

### **3.2.1 – Breve caracterização do município da pesquisa: Ivaiporã/PR**

Ivaiporã é um município de pequeno porte dois, situado no Norte do Paraná, com uma população de 31.816 habitantes (de acordo com a última atualização do censo realizado pelo IBGE no município em 2010).

Pesquisa do IBGE realizada em 2010 aponta que pobreza e desigualdade no município de Ivaiporã indicam que a incidência de pobreza é de 40,84 por cento e a pobreza subjetiva é de 23,31%.

Diante dos fatos apresentados é possível perceber que o município de Ivaiporã está localizado em um território com alto nível de pobreza, sendo este fator que influencia diretamente no rendimento escolar, vida social e demais determinante.

A educação no município de Ivaiporã é um ponto importante para destacarmos. Dados do IBGE (2018) apontam que a taxa de escolarização por idade entre 6 a 14 anos no município de Ivaiporã é de 98,3%, sendo um número alto, se comparando a outros municípios do país.

No ano de 2020 Ivaiporã conta com 8.118 matrículas na educação básica, 828 na creche, 807 na pré-escola, 3.887 no ensino fundamental, 1.508 no ensino médio, 968 no ensino profissionalizante. Já na educação superior o município aponta dados do ano de 2019, com 1.370 matrículas no ensino superior presencial e 1.152 no ensino superior a distância (IPARDES,2021).

Podemos dividir a educação superior no município em educação superior presencial e educação superior a distância. A educação superior presencial conta com 4 IES superior sendo:

- Duas IES particulares: Faculdades Integradas do Vale do Ivaí-UNIVALI, que oferta os cursos de: Administração, Análises e desenvolvimento de sistemas, ciências contábeis, direito e pedagogia. E a Faculdade de Tecnologia do Vale do Ivaí – FATEC, que oferta os cursos de: Agronegócio, Direito, Enfermagem, Gestão Financeira, Psicologia e Recursos Humanos.

- Um Instituto Federal do Paraná-IFPR, que oferta os cursos: Engenharia Agrônoma, Bacharelado em Sistemas de Informação, Licenciatura em Física, Tecnologia em Agroecologia, além de cursos tecnológicos como: Eletrotécnico, Técnico em Informática, Técnico em Agroecologia, Técnico em Eletrotécnica.

- 1 Universidade Pública Estadual, sendo a Universidade Estadual de Maringá – UEM. Esta oferta os cursos de: Educação Física, História e Serviço Social.

Já a educação superior a distância, nota-se que há uma quantidade maior de IES, qual todas são particulares. Na tabela a seguir:

Tabela 2: INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR EAD DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ PR

IES	Modalidade	Oferta o curso de Serviço Social	Valor mensalidade (Reais)
UNIASSELVI	EAD	SIM	R\$ 329,00
UNINTER	EAD	SIM	437,72 R\$
UNOPAR	EAD/SEMI PRESENCIAL	SIM	R\$ 163,71
CRUZEIRO DO SUL VIRTUAL	EAD	SIM	R\$ 259,00
UNINGÁ	EAD	SIM	241,00 R\$
UNICESUMAR	SEMI PRESENCIAL	SIM	579,96 R\$
CENTRO UNIVERSITÁRIO INTEGRADO	EAD	NÃO	-
UNIP	EAD	NÃO	-

Fonte: Elaboração da autora, 2021.

A tabela acima evidencia as IES credenciadas pelo MEC para ofertar cursos a distância no município de Ivaiporã. Dentre todas as IES na modalidade a distância, seis ofertam o curso de Serviço Social no município de Ivaiporã, com valor da mensalidade variável, mas não ultrapassa o valor de 600,00 reais mensais.

Diante de várias informações coletados, vamos sistematizar por cada IES, para melhor compreensão do leitor.

### 3.3. Contextualização dos cursos de Serviço Social das Instituições de Ensino à Distância do município de Ivaiporã/PR.

Foram realizadas ligações no dia dois de março de 2021, para os seis polos que ofertam o curso de Serviço Social a distância: Unopar, Uninter, Uniasselvi, Unicesumar, Cruzeiro do Sul Virtual, e Uningá.

Porém de início apenas a Unopar e a Cruzeiro do Sul atenderam as chamadas. Nestes contatos telefônicos foram solicitadas as seguintes informações, pertinentes a pesquisa:

- Se havia turma em aberto para iniciar o curso no ano de 2020;
- Valores das mensalidades;
- Quantidade de alunos;
- Forma de ingresso no curso;
- Informações sobre o currículo do curso

No dia 4 de março de 2021 foram retornadas as ligações para as IES que não haviam atendido as ligações anteriormente: Uninter, Uniasselvi, Unicesumar e Uningá, realizando os mesmos questionamentos acima citados. Assim que todas as informações foram coletadas e registradas, foi realizado tabelamento das informações pertinentes a pesquisa.

No projeto inicial da pesquisa, estava proposto entrevistar alunos que cursam o curso de Serviço Social na modalidade EAD em alguma Instituição de Ensino na cidade de Ivaiporã. Assim, para alcançar tal objetivo, no dia 05 de março de 2021 foi encaminhado mensagens via e-mail para as estudantes dos cursos de Serviço Social EAD, juntamente com um formulário com questões pertinentes ao curso, para realização da pesquisa.

Como após 3 (três) dias do envio do e-mail não havíamos recebido nenhuma resposta, realizamos no dia 08 de março de 2021 contato via *WhatsApp* a fim de verificar se haviam recebido o e-mail e se tinham alguma dificuldade. Recebemos resposta positiva de todas em relação ao recebimento do questionário, e informação que em breve receberíamos a resposta.

Contudo, é necessário informar que até abril/2021 não recebemos nenhuma resposta dos questionários enviados. Assim, esta pesquisa não possui as respostas das estudantes.

Mas consideramos também a não resposta como um dado importante a ser pontuado, e que gera indagações para esta negativa de devolutiva:

- Será que pelo fato dessa pesquisa ser realizada por uma aluna do curso de Serviço Social de uma IE presencial gerou nas entrevistadas receio. Receio este embasado até nas discussões da precarização da formação em Serviço Social EAD?

- Será que pelo tema da pesquisa estar relacionada ao Ensino Serviço Social EAD, e as próprias entidades representativas da categoria se posicionam contrário a tal processo de formação, isso levou as entrevistas da terem receio, medo de serem avaliadas?

Assim, e diante desse contexto, apresentaremos abaixo, individualmente, cada IE que possui ensino a distância, e oferta de curso de Serviço Social, na cidade de Ivaiporã/PR

### **1) UNOPAR – Universidade Norte do Paraná**

Em Ivaiporã/PR a Unopar já está presente há 10 anos com ensino na modalidade a distância. Até julho de 2016 totalizava 159 formandos, nas áreas de Estética, Imagem Pessoal, Geografia, História, Serviço Social, Pedagogia, Gestão Ambiental e Gestão Pública.

O curso de Serviço Social é ofertado de forma semipresencial, ou totalmente EAD, o aluno pode optar pelo formato do curso. No semipresencial o aluno poderá frequentar o polo de apoio uma vez na semana para assistir as tele aulas ao vivo, transmitidas via satélite, permitindo a interação com o professor em tempo real. O aluno também realiza aulas atividades com conteúdos vinculados à disciplina, sempre com o auxílio de um tutor com formação e especialização na área. As atividades assíncronas, ou seja, não presenciais, são realizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). No ensino semipresencial o aluno deverá ter presença de 50% nas aulas nos polos.

Na modalidade a distância as aulas e acompanhamentos acontecem totalmente no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

As atividades acadêmicas complementares somam 150 horas, sendo divididas em: 80 h para estudos dirigidos e 70 para atividades complementares.

Em pesquisa realizada junto ao site oficial da Unopar podemos ter acesso a matriz curricular do curso de Serviço Social ofertado, o qual é apresentado abaixo.



<b>Matriz Curricular do Curso de Serviço Social Unopar 2020/21</b>	
<b>1° Semestre</b>	
Disciplinas	Horas
Educação a Distância	60
Homem, Cultura e Sociedade	70
Metodologia Científica	70
Psicologia e Políticas Públicas	60
Responsabilidade Social e Ambiental	60
<b>TOTAL</b>	<b>320</b>
<b>2° Semestre</b>	
Ética, Política e Cidadania	70
Filosofia	80
Psicologia Social	80
Sociologia	70
<b>TOTAL</b>	<b>300</b>
<b>3° Semestre</b>	
Acumulação Capitalista e Desigualdade Social	70
Estatística e Indicadores Sociais	70
Formação Social, Histórica e Política do Brasil	70
Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I	70
<b>TOTAL</b>	<b>280</b>
<b>4° Semestre</b>	
Antropologia	70
Ciência Política	70
Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II	70
Sociologia Crítica	70
<b>TOTAL</b>	<b>280</b>
<b>5° Semestre</b>	
Administração e Planejamento em Serviço Social	70
Comunicação na Prática do Assistente Social	70
Estágio em Serviço Social I	150
Ética Profissional em Serviço Social	60
Fundamentos das Políticas Sociais	70
Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III	70
<b>TOTAL</b>	<b>490</b>
<b>6° Semestre</b>	

Estágio em Serviço Social II	150
Gestão Social e Análise de Políticas Sociais	70
Instrumentalidade em Serviço Social	70
Pesquisa Social	70
Políticas Setoriais	70
<b>TOTAL</b>	<b>430</b>
7° Semestre	
Direito e Legislação	80
Estágio Em Serviço Social III	150
Serviço Social e Processo de Trabalho	70
Serviço Social na Área da Saúde, Previdência Social e Assistência Social	70
Trabalho de Conclusão de Curso I	60
<b>TOTAL</b>	<b>430</b>
8° Semestre	
Economia Política (Optativa)	70
LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) (Optativa)	60
Movimentos Sociais	70
Serviço Social na Educação	70
Terceiro Setor, Meio Ambiente e Sustentabilidade	70
Trabalho de Conclusão de Curso II	60
<b>TOTAL</b>	<b>340</b>
Carga Horaria Total do Curso	3020*
* Com as AAC	

**Fonte:** Elaboração da autora, de acordo com site oficial UNOPAR, 2021.

## 2) UNIASSELVI

Com sede em Indaial/SC, a referida Universidade possui 650 polos de apoio presencial distribuídos em 26 estados e o distrito federal.

Em pesquisa realizada no site institucional da UNIASSELVI verificou-se que o curso de Serviço Social é ofertado, porém não foi encontrada a data em que o curso passou a ser ofertado no polo de Ivaiporã. Não foi possível encontrar informações sobre quantidade de alunos formados no polo de Ivaiporã e sobre programas de extensão e pesquisa. A grade curricular também não está disponível no site. Assim, a Grade Curricular do curso foi disponibilizada a partir de contato telefônico, contudo não foi disponibilizado a quantidade de horas de cada disciplina.

<b>Matriz Curricular do Curso de Serviço Social UNIASSELVI</b>
<b>1º Semestre</b>
Perspectivas Profissionais
Multiculturalismo
Filosofia
Sociologia
Direitos Humanos e Cidadania
<b>2º Semestre</b>
Metodologia Científica
Formação Social, Histórica e Política do Brasil
Antropologia Social e Cultural
Economia Política
Seminário Interdisciplinar: Introdução à Pesquisa
<b>3º Semestre</b>
Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social
O Serviço Social no Capitalismo
Questão Social e Serviço Social
Trabalho e Contemporaneidade
Seminário Interdisciplinar: Reconhecimento dos Espaços de Atuação do Assistente Social
<b>4º Semestre</b>
Ética Profissional em Serviço Social
Instrumentos e Processo de Trabalho do Serviço Social
Planejamento e Administração em Serviço Social
Ciência Política
Estudo Transversal
Seminário Interdisciplinar: Gestão, Dimensões e Aplicabilidade Técnico-operativa
<b>5º Semestre</b>
Estágio em Serviço Social I
Estatística e Indicadores Sociais
Ações, Dimensões e Aplicabilidade do Instrumental Técnico-operativo do Serviço Social

Movimentos Sociais
Psicologia Social
Estudo Transversal I
<b>6º Semestre</b>
Estágio em Serviço Social II
Políticas Sociais da Assistência Social
Políticas Sociais da Saúde e Previdência Social
Pesquisa em Serviço Social
Políticas Sociais - Família, Criança, Adolescente, Idoso e Pessoa com Deficiência
Estudo Transversal II
Estudo Transversal III
<b>7º Semestre</b>
Estágio em Serviço Social III
Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso
Tópicos Especiais
Assessoria e Consultoria nas Instituições e Projetos Sociais
Políticas Sociais em Habitação
Estudo Transversal IV
Estudo Transversal V
<b>8º Semestre</b>
Trabalho de Conclusão de Curso
Terceiro Setor, Responsabilidade Social e o Desenvolvimento Sustentável
Políticas Sociais em Educação
Legislação Trabalhista e Previdenciária
Gestão de Políticas Públicas
Estudo Transversal VI
Estudo Transversal VII
Estudo Transversal VIII
<b>Disciplina(s) Optativa(s)</b>
1 - Tópicos Especiais
2 - Língua Brasileira de Sinais – Libras
3 - Relações Humanas e Sociais
4 - Mediação Familiar, Escolar e Comunitária
5 - Comunicação e Linguagem

6 - Controle Social, Gestão do território e Vigilância Socioassistencial
7 - Formas Democráticas de Participação Social e a Mediação Familiar, Escolar e Comunitária
8 - Políticas Sociais de atendimento ao Idoso
9 - Seguridade Social
10 - Direito Previdenciário
11 - Os Serviços de convivência, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários

**Fonte:** Elaboração da autora, de acordo com site oficial UNIASSELVI, 2021.

### 3) UNINGÁ

A UNINGÁ oferta cursos nas diversas áreas tanto EAD quanto presencial. O Curso de Serviço Social é ofertado apenas na modalidade EAD desde o ano de 2017.

Seu ensino está organizado no formato modular, com duração de quatro anos, tendo quatro períodos de entradas anuais: fevereiro, maio, agosto e outubro.

Pelo contato via telefônico conseguimos a disponibilização da Grade Curricular (sem a carga horária de cada conteúdo programático).

<b>Disciplinas do Curso de Serviço Social EAD UNINGÁ</b>
<b>1º ANO</b>
Ciências Sociais
Economia
Introdução à Filosofia
Fundamentos Histórico- Teóricos - Metodológicos do Serviço Social I
Ética Profissional em Serviço Social I
Meio Ambiente, Responsabilidade Social e Sustentabilidade
Psicologia Social
Metodologia e Técnicas de Pesquisa
Programa de Integração Escola Comunidade - PIESC I
<b>2º ANO</b>
Direito e Legislação Social

Direitos Humanos e Diversidade
Fundamentos Histórico- Teóricos - Metodológicos do Serviço Social II
Antropologia Social
Gestão e Ação no Serviço Social
Oficinas de Formação Profissional em Serviço Social
A Reforma do Estado Brasileiro
Políticas Públicas de Saúde, Habitação, Educação, Previdência Social, Criança e Adolescente e Idoso
Programa de Integração Escola Comunidade - PIEESC II
<b>3º ANO</b>
Estágio Supervisionado em Serviço Social I
Pesquisa em Serviço Social
Classes e Movimentos Sociais
Planejamento em Serviço Social
Estágio Supervisionado em Serviço Social II
Políticas Públicas e Sociais
Relações Étnico-raciais, Cultura Afro-brasileira e Povos Indígenas
Serviço Social e Atenção e Família
Programa de Integração Escola Comunidade - PIEESC III
<b>4º ANO</b>
Estágio Supervisionado em Serviço Social III
Ética Profissional em Serviço Social II
Produção Textual
Processo de Trabalho em Serviço Social
Libras
Relações e Direitos Humanos em Serviço Social
Serviço Social e Proteção Social
Trabalho do Serviço Social em Programas, Projetos Sociais no Terceiro Setor e Conselhos Gestores
Programa de Integração Escola Comunidade - PIEESC IV
<b>OPTATIVAS</b>
Direitos Humanos e diversidade
Meio Ambiente, Responsabilidade Social e Sustentabilidade
LIBRAS

**Fonte:** Elaboração da autora, de acordo com site oficial da UNINGÁ 2021.

#### 4) UNICESUMAR

A UNICESUMAR é uma IES que tem polos EAD em todos os estados brasileiros, com mais de 250 mil alunos, e 700 polos de educação a distância e cinco campi presenciais nas cidades de Maringá (PR), Londrina (PR), Ponta Grossa (PR), Curitiba (PR) e Corumbá (MS).

Não foram encontradas e nem disponibilizadas informações a partir de quantidades de alunos formados pela modalidade EAD no curso de serviço social no ano de 2020.

O processo de ensino se dá por meio de aulas gravadas e aulas ao vivo (as aulas ao vivo também ficam arquivadas para o aluno acessar em outros dias e horários), de material didático impresso e on-line e materiais extras, disponibilizados no AVA. A metodologia dos cursos é realizada em módulos, sendo que cada ano é composto por 4 módulos e cada módulo possui duas ou até três disciplinas curriculares, com cem horas distribuídas em dez semanas organizadas entre aulas das disciplinas, momentos presenciais obrigatórios e afins.

<b>Disciplinas do curso de Serviço Social EAD</b>
<b>1º MÓDULO</b>
Libras (*optativa) (optativa)
Go - projeto de vida
Políticas públicas e sociais
Motivação de indivíduos e grupos de trabalho
<b>2º MÓDULO</b>
Go - identificação de oportunidades
Economia e sociedade
Sustentabilidade e responsabilidade social
<b>3º MÓDULO</b>
Go - preparação para oportunidades
Serviço social e formação profissional

Questão social na contemporaneidade
<b>4º MÓDULO</b>
Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social i
Go - oportunidades e resultados
Filosofia
<b>5º MÓDULO</b>
Direito e legislação social
Seminário temático em saúde, educação e habitação
<b>6º MÓDULO</b>
Fundamentos antropológicos e sociológicos
Estado, sociedade e movimentos sociais
<b>7º MÓDULO</b>
Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social ii
Serviço social e terceiro setor
<b>8º MÓDULO</b>
Gestão do sistema único da assistência social e do trabalho social com famílias
Psicologia social
<b>9º MÓDULO</b>
Técnicas de pesquisa social aplicada
Estágio supervisionado: orientações didático-pedagógicas
Formação sociocultural e ética i
<b>10º MÓDULO</b>
Formação sociocultural e ética ii
Estágio supervisionado: políticas públicas
Ética profissional
<b>11º MÓDULO</b>
Administração e planejamento em serviço social
Estágio supervisionado: observatório social
<b>12º MÓDULO</b>



Estágio supervisionado: terceiro setor e conselhos gestores
Oficina de instrumentos técnicos operativos
<b>13º MÓDULO</b>
Trabalho de conclusão de curso
Estágio supervisionado: serviço social e empreendedorismo
Produção textual
<b>14º MÓDULO</b>
Gestão em programas e projetos sociais
Direito e serviço social
<b>15º MÓDULO</b>
Tópicos especiais
Gerontologia social
<b>16º MÓDULO</b>
Processo de trabalho em serviço social
Práticas formativas em extensão

**Fonte:** Elaboração da autora, de acordo com site oficial da UNICESUMAR, 2021.

## 5) CRUZEIRO DO SUL VIRTUAL

Esta IES é formada pela junção de 6 IES, sendo: Universidade Cruzeiro do Sul, Universidade Cidade de São Paulo, Universidade de Franca (UNIFRAN), Centro Universitário da Serra Gaúcha (FSG), Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ) e o Centro Universitário Braz Cubas.

Esta IES oferta o curso de Serviço Social, segundo o site oficial da IES. Vale ressaltar que o contato estabelecido com esta IES foi difícil e que a atendente não soube fornecer muitas informações, pois havia acabado de adentrar no emprego. O site oficial desta IES é de difícil acesso, e mostra uma dificuldade de acessar informações pertinentes aos cursos, principalmente o curso de Serviço Social, não disponibilizando a grade curricular.

## 6) UNINTER

Foi criada em 1996, e atualmente contam com mais de 500 polos de apoio presencial no país, e em 2019 apresenta cerca de 250 mil alunos de graduação e pós graduação.

Esta IES oferta o curso de Serviço Social, mas não obtivemos dados sobre alunos já formados.

A matriz curricular é apresentada abaixo.

<b>Matriz Curricular do Curso de Serviço Social EAD UNINTER</b>	<b>HORAS</b>
Formação Inicial em Educação à Distância	40
Libras	40
<b>UTA FUNDAMENTOS DA VIDA SOCIAL</b>	
Psicologia do Desenvolvimento Humano	52
Linguagem e Compreensão de Texto	52
Formação Sócio Histórica do Brasil	52
Fundamentos Históricos e Teóricos Metodológicos do Serviço Social - Dimensão Histórica	52
<b>UTA FUNDAMENTOS POLÍTICOS</b>	
Fundamentos de Filosofia	52
Metodologia da Pesquisa	52
Fundamentos de Sociologia	52
Fundamentos de Antropologia	52
<b>UTA ENFRENTAMENTO ÀS MANIFESTAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL</b>	
Ética Profissional do Serviço Social	52
Questão Social e Serviço Social	52
Desenvolvimento Capitalista e Serviço Social	52
Fundamentos Históricos e Teóricos Metodológicos do Serviço Social - Dimensão teórica/Marxismo	52
<b>UTA PROCESSO DE TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL</b>	
Serviço Social e Processo de Trabalho	52
	52
Instrumentalidade do Serviço Social	52
Trabalho e Sociabilidade	52
Economia Política Aplicada	52

UTA FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL	
Supervisão Técnica e Acadêmica em Serviço Social	52
Fundamentos Históricos e Teóricos Metodológicos do Serviço Social - Dimensão Metodológica	52
Classes Sociais e Movimentos Sociais no Brasil	52
Fundamentos Históricos e Teóricos Metodológicos do Serviço Social - Dimensão teórica/Positivismo	52
UTA POLÍTICAS SOCIAIS AFIRMATIVAS GERACIONAIS	
Política de Seguridade Social - Transferência de Renda e Segurança Alimentar e Nutricional	52
Políticas Sociais - Criança, Adolescentes e Mulheres	52
Políticas Sociais - Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência	52
UTA POLÍTICAS SOCIAIS AFIRMATIVAS	
Políticas Sociais - Segurança Pública	52
Políticas Sociais - Cidades e Habitação	52
Serviço Social e Educação	52
UTA SEGURIDADE SOCIAL	
Política de Seguridade Social - Assistência Social	52
Política de Seguridade Social - Previdência Social	52
Política de Seguridade Social – Saúde	52
UTA PLANEJAMENTO E GESTÃO SOCIAL	
Política de Seguridade Social - Assistência Social	52
Política de Seguridade Social - Previdência Social	52
Política de Seguridade Social – Saúde	52
UTA PLANEJAMENTO E GESTÃO SOCIAL	
Planejamento em Serviço Social	52
Gestão de Serviços Sociais	52
UTA SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE	
Assessoria, Consultoria e Avaliação de Políticas, Programas e Projetos Sociais	52
Serviço Social e o Debate Contemporâneo	52
Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana	63
Pesquisa em Serviço Social	52
Estatística Aplicada	52
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	

Estágio Supervisionado - Aproximações da Realidade	87
Estágio Supervisionado - Pré Projeto de Intervenção	87
Estágio Supervisionado - Projeto de Intervenção	87
Estágio Supervisionado - Execução do Projeto de Intervenção	87
Estágio Supervisionado - Avaliação do Projeto de Intervenção	87
Estágio Supervisionado - Relatório Final	87
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	
Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso – OTCC	52
Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso - OTCC (Monografia)	52
Atividades Complementares	150
Atividades extensionistas	
Atividade Extensionista Fundamentos Políticos	55
Atividade Extensionista Fundamentos Teóricos	55
Atividade Extensionista Enfrentamento às Manifestações da Questão Social	55
Atividade Extensionista Processo de Trabalho e Serviço Social	54
Atividade Extensionista Fundamentos Históricos e Teóricos Metodológicos do Serviço Social	54
Atividade Extensionista Políticas Sociais Afirmativas Geracionais	54
Carga Horaria Total	3.274 h

**Fonte:** Elaboração da autora, de acordo com site oficial da UNINTER, 2021.

Frente aos dados explicitados, abordaremos no próximo tópico algumas situações identificadas na pesquisa realizada em relação ao curso de Serviço Social ofertado na modalidade a distância

### **3.4 Análise de dados coletados**

O estudo analisou todas as IES que ofertam o curso de Serviço Social EAD no município de Ivaiporã. Vale ressaltar que o referido município possui cerca de 30 mil habitantes e possui 2 Universidades Públicas (Estadual e Federal) e 2 Universidades Privadas, sendo que deste total temos 1 Universidade Pública que oferta o curso de Serviço Social presencial. A

pesquisa evidenciou 6 IES (foras as 4 acima citadas) que oferecem curso de Serviço Social EAD, sendo que 90 % destas IES ofertam o curso de Serviço Social, totalmente a distância e 10% semipresencial (sendo que essa IES também oferece a possibilidade do curso totalmente EAD).

Diante disso podemos destacar que todos os polos estão em locais estratégicos da cidade, onde há circulação constantes de pessoas no centro da cidade, até mesmo a Uingá, que em 2019 inaugurou seu polo em local mais afastado hoje se encontra no centro do município, quase em frente a Unicesumar, expressando assim a lógica da mercantilização da educação.

A primeira tentativa de obtenção de dados foi através da internet, pelos sites das IES, mas não houve sucesso, pois os únicos dados contidos na página do curso, de todas as IES pesquisadas são referentes à matrícula e informações básicas dos cursos. Eles destacam, o perfil profissional e os objetivos estavam em sintonia com o projeto ético-político da profissão, como podemos ver no site da Uniasselvi, que como as outras têm o mesmo discurso.

O curso a distância de Serviço Social - EAD visa formar profissionais capacitados para atuar na elaboração, implementação, execução, gestão, planejamento e avaliação de políticas sociais visando o fortalecimento de indivíduos e grupos sociais e o desenvolvimento social. A graduação EAD em Serviço Social forma um profissional com habilidades para atuar na prestação de consultoria e assessoria em instituições governamentais e não governamentais visando a defesa da cidadania, equidade e justiça social. Entre os diferenciais do curso está a flexibilidade oferecida pela modalidade a distância. No curso EAD, o aluno poderá contar com estudos online e encontros presenciais uma vez por semana. Além disso, a graduação possui professores e tutores capacitados e matriz curricular atualizada. (UNIASSELVI,2021).

Além destas informações todas as IES evidenciam que o curso é reconhecido pelo MEC, que o diploma do curso é igual ao do presencial, e se adapta à resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE. Contudo, os sites não meramente informativos, não apresentando dados detalhados nem do corpo docente, nem da composição do curso indo de encontro com o tripé ensino-pesquisa-extensão.

Nenhuma das 6 IES pesquisadas apresenta em seu site a composição do corpo docente do Curso de Serviço Social. No contato telefônico com os 6 polos referentes a questão do corpo docente todas as IES negaram fornecer

informações sobre este assunto. E Devido a pandemia do Covid-19 impossibilitou a visita aos polos das IES, para confirmar este dado.

Após isso procurou-se informações sobre o processo seletivo para a entrada de novos alunos, constatou que em todas as IES a prova do vestibular é agendada tanto no site quanto no polo, e pode ser realizada presencial ou EAD, mediante o pagamento de uma taxa (com valor variável de acordo com cada IES e curso). A prova consiste em uma redação simples, e pode ser realizada em pouco tempo. O resultado sai em até 48 horas ou até menos tempo. O candidato que optar por usar a nota do ENEM fica isento da realização da prova, e também é realizado um questionário sócio econômico para obtenção de desconto pelo PROUNI ou outro programa das IES, citado no item anterior. Fica claro a preocupação com a condição econômica que garanta que o aluno possa pagar as mensalidades.

A respeito da matriz curricular do curso de Serviço Social, esta é muito difícil conseguir, pois somente é disponibilizada para os alunos matriculados no curso, em todas as IES as atendentes não tinham o documento em mãos para disponibilizar, nem no formato pdf. Porém em alguns sites das IES foi possível encontrar as disciplinas da grade curricular. Foi realizado vários contatos com esta IES, porém não foi possível conseguir a matriz curricular.

Pode-se pontuar algumas questões importantes, referentes as disciplinas ofertadas,

- As disciplinas optativas, são pagas além da mensalidade. Ou seja, podemos observar mais um ponto em que as IES lucram com a formação;
- Existem disciplinas de Pesquisa, Pesquisa em Serviço Social e Projetos de Pesquisa em Serviço Social, mas não há nenhum detalhe sobre as atividades desenvolvidas, não tendo informações se há atividade prática ou não.
- Disciplinas como Língua Brasileira de Sinais são utilizadas para complementar os créditos.
- Por último, sobre o TCC, consta apenas uma disciplina no final do curso, mas sem nenhum detalhe sobre a atividade.

Em nenhuma IES foi possível encontrar a bibliografia básica de cada disciplina, e as atendentes também não tinham conhecimento para passar tal

informação. Também foi disponibilizado um questionário para ser respondido pelas estudantes do curso de Serviço Social da UNOPAR, contudo não obtivemos a resposta dos mesmos.

Neste aspecto, após as análises, podemos observar como o ensino nestas instituições é tratado como uma mercadoria (e a relação estabelecida com o aluno é de compra e venda).

Durante os contatos realizados com os polos, ficou evidente a preocupação das IES- EAD em conquistar mais um aluno/cliente.

Em nenhum momento os estudantes tem uma vivência universitária, pois é impossível a realização disso no EAD, e as informações não são disponibilizadas e sempre com os argumentos das atendentes dos polos de que “não tenho essa informação para lhe passar” ou “que só podem passar informação após a matrícula”. Claramente, a instituição busca mostrar somente dados e informações do seu interesse.

É evidente o caráter mercantil da educação EAD, criando estratégias variadas para atrair o maior contingente possível de “clientes”, estipulando provas agendadas e de correção rápida, concessões de desconto e financiamento, além de disponibilizar aulas em qualquer local que possa comportar cadeiras, transmitir vídeo e tenha acesso a internet, pois mesmo de fora dos ambientes é possível observar que o local é pequeno e comporta um número pequeno de pessoas. Com isso verificou-se que o ensino adquire um caráter de pura e simples mercadoria.

Isto acarreta em um novo perfil profissional do assistente social, pois o ensino, pesquisa e extensão não são prioridades pelas IES EAD, logo o aluno desconhece a vivência acadêmica, e dessa forma, identificamos incompatibilidades com o exigido pelas diretrizes curriculares, e consequentemente trazendo implicações diretas e indiretas para o agir profissional. Assim, a modalidade em pesquisa é incompatível com o projeto ético político e com as diretrizes curriculares do Serviço Social.

Diante do exposto há uma grande luta pela frente dos alunos, profissionais e entidades do Serviço Social, para que a educação seja embasada e possa abranger o projeto ético-político que norteia a formação e o exercício profissional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso teve como objetivo principal de pesquisa analisar a oferta dos Cursos de Serviço Social na modalidade EAD, no município de Ivaiporã-PR. Nesta perspectiva, traçou-se como objetivo geral conhecer quais instituições ofertam o curso de Serviço Social a distância no município de Ivaiporã-PR. Neste elencaram-se os objetivos específicos : I- Conhecer o processo sócio histórico da educação no Brasil. II- Evidenciar a expansão do Ensino Superior a Distância no Brasil. III- Evidenciar as particularidades do Ensino a Distância no município de Ivaiporã-PR.

O recorte se deu a partir de leituras realizadas para construção do tema desta pesquisa e do sistema de educação brasileiro. Contudo este trabalho foi elencado em três capítulos.

No capítulo I buscou-se apresentar as principais considerações sobre a educação a partir do ano de 1918, citando os principais eventos que efervesceram a educação na época, e com a Constituição Federal de 1988, as principais contribuições de leis e decretos que subsidiaram a educação a partir da promulgação da conhecida Constituição Cidadã. E com foco na criação da LDB, de 1996, e por fim compreender quais eram as bases legais que sustentam o ensino a distância no Brasil.

No capítulo II analisou-se a educação como um processo mercantil do sistema capitalista, e como foi a evolução do ensino a distância no Brasil, com uma visão mais ampla dos cursos de Serviço Social ofertados nesta modalidade de ensino para traçar um caminho até o item que refere-se a incompatibilidade do EAD com o curso de Serviço Social.

Por fim no Capítulo III, aponta-se a contextualização do território onde a pesquisa foi realizada, e também das instituições de ensino existentes no município de Ivaiporã-PR.

A metodologia utilizada foi a pesquisa exploratória, por meio de levantamento bibliográfico, por meio de artigos científicos, livros, site oficial das IES, utilizando do método qualitativo para analisar as informações obtidas.

Após isso foi realizada uma análise da oferta dos cursos, e das disciplinas de cada cursos de Serviço Social EAD no Município de Ivaiporã-PR.

A partir disso foi possível constatar que:



- Existe uma dificuldade de diálogo dos possíveis alunos com as Instituições de ensino;
- Há também dificuldade de encontrar informações referentes as disciplinas e de acesso a Grade Curricular, horários de aulas, Trabalhos de Conclusão de Curso, Currículo do curso, com os professores, tutores e coordenadores de cursos, informações sobre estágio obrigatório;
- Em algumas IES não existe qualquer informação sobre a pesquisa e extensão nos sites, e nem por telefone são passadas informações sobre isso. Este dado é fundamental, visto que é fundamental para o curso de Serviço Social ter uma aproximação maior com a realidade, pois é uma profissão interventiva;
- Nas IES que apresentam disciplinas de pesquisa e extensão na grade disponibilizadas no site, não fornecem informações se há atividade prática ou não;
- As disciplinas optativas são pagas além das mensalidades do curso, transformando assim a educação em um produto a ser comercializado;
- No que se refere ao TCC, este somente aparece como uma disciplina no final do curso, não mostra nenhuma atividade referente a isso;
- Em nenhuma IES foi disponibilizado a bibliografia básica do curso de Serviço Social;
- Não há necessidade de uma turma “aberta” para iniciar o curso, pois existe a possibilidade de início imediato após o pagamento da taxa do vestibular e taxa de matrícula;
- Os alunos tem a opção de fazer o curso totalmente EAD, ou semipresencial como abordado em algumas IES da referida pesquisa, mas em um curso totalmente EAD, o aluno fica como principal executor de seus estudos, e conseqüentemente isso não é bom para o aluno, pois a percepção das aulas com um professor presencialmente é muito maior em relação a uma tela de computador;
- As formas de ingresso nas IES, são praticamente as mesmas, mas o que nos chama atenção é sobre o Vestibular, que pode ser agendado, ou seja o aluno pode escolher um dia para fazer a prova que pode ser tanto on-line ou no polo de apoio da IES, a prova consiste em uma redação sobre algum

assunto em questão, porém não é muito difícil a realização; O resultado sai em menos de 48 h, porém não há informações de como é corrigida a prova, e os candidatos que optarem pela nota do ENEM ou ENCEJA estão isentos de realizar a prova. É cobrada uma taxa que varia de IES, para realização da prova.

- É possível afirmar que os estudantes não tem uma vivência universitária com os cursos EAD, e nem com o movimento estudantil, pois não há como isso ocorrer no âmbito do EAD; Podemos afirmar isso devido ao questionário que foi enviado diversas vezes para as estudantes de Serviço Social, as quais não mostraram interesse em participar;

- Existe a possibilidade de obter vários descontos na mensalidade dos cursos, onde as instituições barateiam cada vez mais os cursos, para conseguir cada vez mais alunos, ocasionando o sucateamento do curso, e tornando a educação como um produto a venda e não como um direito.

- Após analisar a pesquisa pude perceber que o valor das mensalidades são baixos, e que é possível obter vários descontos, pois há uma preocupação das IES com relação ao pagamento das mensalidades dos cursos, pois, no Vale do Ivaí especialmente o município de Ivaiporã –PR a maioria da população é de baixa renda, sendo assim as pessoas não tem condições financeiras de pagar um curso de boa qualidade no ensino médio, ou manter-se em outras cidades para cursar universidade pública, o que fazem optar por um curso de baixo valor mensal que possa ensinar o básico para garantir um emprego.

É importante evidenciar a opinião de ARRUDA; PIMENTA ARRUDA (2015), enquanto a educação á distancia não tiver orientações sobre as dimensões relacionadas a qualidade, e nem sobre as particularidades dos seus alunos , não será implantada de forma democrática do ponto de vista político, pois os fatos comprovam que a população que optam pelos cursos EAD, são pessoas de baixa renda, distantes dos centros urbanos, uma vez que a educação democrática visa interiorizar a educação e ampliar o acesso.

Portanto o estado não prioriza uma boa educação básica como deveria quem tem condições de pagar um bom colégio particular consegue ingressar nas melhores universidades e quem não consegue procura os meios mais baratos e rápidos para se formar em um curso de graduação, ou seja, o EAD.

É isso que observamos a partir da pesquisa realizada, pois os estudantes do curso de Serviço Social das referidas IES, muitas vezes não se atentam com a qualidade do ensino, claro que existe outras questões também, mas sabe-se que no município de Ivaiporã há uma universidade pública de qualidade, consideradas uma das melhores do país que oferta o curso de forma gratuita, no período noturno. E mesmo assim os estudantes optaram por pagar um curso que é ofertado gratuitamente. Este questionamento permanece latente.

Sabemos que o curso de Serviço Social é pautado em um Projeto ético-político, com a Lei de Regulamentação da Profissão de 1996, as Diretrizes Curriculares de 1996, e no Código de Ética de 1993, que resumindo são elementos norteadores para profissão, e não se enquadram nos objetivos neoliberais, que tem como objetivo a diminuição das políticas públicas do Estado, e transformando-as em mercadoria para comercialização, como ocorre no caso da educação.

No que tange ao curso de Serviço Social é marcado por lutas e resistência, pois o projeto Ético-político precisa ser defendido assim como a educação de qualidade, gratuita e laica, que possa ser cumprida de uma forma emancipadora. Vale ressaltar que não somos contra o ensino EAD, esse formato pode ser uma forma de educação possível, mas que seja de uma forma crítica e que o aluno possa ser capaz de absorver os conhecimentos e questionar os conceitos para sua área de atuação.

Diante do que foi exposto é necessário que alunos, professores, entidades da categoria do Serviço Social se unam a outras políticas públicas para lutar contra a educação mercantilizada de má qualidade, para que a educação possa assumir de fato um caráter público, visto que estamos em momento de desmonte do Estado, e é necessário coragem para lutar contra este quadro societário que vivemos, que tenhamos a coragem de persistir e Projetos profissionais e sociais de defesa dos direitos.

Reafirmamos, em tempo, bandeira de luta da profissão em defesa da educação pública de qualidade, gratuita, laica, presencial e socialmente referenciada.

Portanto considera-se que os resultados obtidos através desta pesquisa foram satisfatórios, desta forma foi possível conhecer as questões do

EAD, e quais são os problemas desta modalidade de ensino no município de Ivaiporã-PR.

## Referências

Ana Cristina. PIMENTA. **Serviço social e ensino a distância: análise da expansão.** Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade de São Paulo. Programa de Serviço Social. Ano 2009.

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino pesquisa em Serviço Social. **Educação não é fast food.** Disponível em:  
<[http://www.cfess.org.br/arquivos/nota\\_abepss\\_editada.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/nota_abepss_editada.pdf)> Acesso em 09 jan. 2021.

AQUINO, Estela ML et al. **Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, p. 2423-2446, 2020

ASSIS. Renata Machado. **A educação brasileira durante o período militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos.** Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 3, n. 2, p. 320-339. Ano: 2012

BARUFFI. Heder. **A educação como um direito social fundamental: positividade e eficácia.** Educação e Fronteiras On-Line. Dourados/MS, v.1, n.3, p.146-159. Ano: 2011.

BITTAR, Marisa; FERREIRA JR Amarilio. **A ditadura militar e a proletarianização dos professores.** Educação & Sociedade. Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1159-1179, Ano: 2006

BRANDÃO, Zaia. **NOTAS SOBRE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO BRASIL.** Revista Contemporânea de Educação, v. 8, n. 16, p. 1, 2013.

BRASIL. **Lei Nº 4.024, De 20 De Dezembro De 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4024.htm#:~:tseus%20filhos.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm#:~:tseus%20filhos.)>  
Acesso em : 05 jun. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 4.464, de 9 De novembro De 1964.** Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos Estudantes e dá outras providências. Disponível em :  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4464impressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4464impressao.htm)  
Acesso em: 15 out 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 07 set. de 2020.

BRASIL. **LEI N° 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8662.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm)> Acesso em: 15 out de 2020.

BRASIL. **LEI N°9334/1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. – 3. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2019.

BRASIL, Ministério Da Educação. Gabinete Do Ministro. **Portaria n° 438, de 28 de maio de 1998. Brasília, 1998**. Disponível em: <[http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes\\_p0178-0181\\_c.pdf](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0178-0181_c.pdf).> Acesso em: 25 Mai de 2020.

BRASIL. **Lei n° 11.096 de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm#](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm#)> Acesso em: 25 maio de 2020.

BRASIL. **Lei n°10.891, de 9 de julho de 2005**. Institui o Bolsa Atleta. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.891.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.891.htm).> Acesso em : 27 Maio de 2020.

BRASIL. **Lei n° 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. institui a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm).> Acesso em :30 maio de 2020.

BRASIL. **Lei n° 13.005 de 05 de junho 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências. Disponível em:<[pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014](http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014).> Acesso em: 15 de junho 2020.

CAMARA, Luciana Borella. **A educação na Constituição Federal de 1988 como um direito social**. Revista Direito em Debate, v. 22, n. 40, p. 4-26, 2013.  
BENTO, Luiz Carlos. **EDUCAÇÃO E POLÍTICA NOS ANOS 1930**. Fato & Versões-Revista de História, v. 5, n. 9, 2013.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução n. 533, de 29 de setembro de 2008.** Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e serviço social volume 2.** 2014.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Educação não é fast food.** Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/603>> Acesso em : 25 Jan 2021

CHAGAS, Bárbara da Rocha Figueiredo. **Ensino a Distância e Serviço Social: desqualificação profissional e ameaças contemporâneas/Distance Learning and Social Work: professional disqualification and contemporary threats.** Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 15, n. 1, p. 28-42, 2016.

COSTA, Adriano Ribeiro da. **A Educação a Distância no Brasil: Concepções, histórico e bases legais.** “. Revista Científica da FASETE, v. 1, p. 59-74, 2017.

CRUZEIRO DO SUL VIRTUAL. **Serviço Social.** Disponível em: <<https://www.cruzeirodosulvirtual.com.br/graduacao/servico-social/#MatrizCurricular>> Acesso em : 05 de março de 2021.

DUARTE, Clarice Seixas. **A educação como um direito fundamental de natureza social.** Educação & Sociedade, v. 28, n. 100, p. 691-713, 2007

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Penad continua 2018.** Disponível em : <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24857-pnad-accontinua-2018-educacao-avanca-no-pais-mas-desigualdades-raciais-e-por-regiao-persistem>> Acesso em : 07 de set de 2020.

IPARDES. **Perfil da Região Turística Vale do Ivaí.** Disponível em :<[http://www.ipardes.gov.br/perfil\\_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=983&btOk=ok](http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=983&btOk=ok) . Acesso em: 2 fevereiro de 2021

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social  
**Diagnóstico socioeconômico do Território Vale do Ivaí: 1.a fase:**  
caracterização global / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e  
Social. – Curitiba: IPARDES, 2007.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Trabalho e escola: a flexibilização do ensino  
médio no contexto do regime de acumulação flexível.** Educação &  
Sociedade, v. 38, n. 139, p. 331-354, 2017.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **A educação superior no plano nacional de  
educação 2011-2020.** Perspectiva, v. 30, n. 2, p. 625-256, 2012.  
INEP, M. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: linha de base. Brasília:  
INEP, 2015.

LIRA, Alexandre. **A legislação da educação durante a ditadura militar  
(1964-1985): um espaço de disputas.** 2010. 367f. 2010. Tese de Doutorado.  
Tese (Doutorado)–Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.  
FAGUNDES, Augusta Isabel Junqueira. LDB, A.; DA EDUCAÇÃO, Carta  
Magna. LDB–Dez anos em ação. Disponível em :  
<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=rFSmJHqhW3QC&oi>.  
Acesso em: 11 de out 2020.

LUCKESI. Cipriano Carlos. **A filosofia da Educação.** São Paulo: Cortez, 1992.

MANCEBO. Deise. **Acumulação Flexível e educação superior: qual  
formação e para que força de trabalho? In: O ensino a distância na  
formação em serviço social: análise de uma década.** Org. Andréa Araújo do  
Vale, Larissa Dahmer Pereira. 1. ed. -Rio de Janeiro : E-papers, 2019.

MÉSZÁROS, István, 1930. **A educação para além do capital ;**  
[tradução Isa Tavares]. - 2.ed. - São Paulo: Bomtempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx.** Bomtempo Editorial,  
2017. Capítulo VIII.

Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Decreto nº 5.622, de 19 de  
dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de  
dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação  
nacional.** Disponível em :  
<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5622-19-dezembro-2005-539654-publicacaooriginal-39018-pe.html>>. Acesso em :20 junho 2020.



Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006.** Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em : [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm) Acesso em : 27 de Julho 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Gabinete do Ministro. **Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.** Altera dispositivos dos Decretos nos 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em : [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6303.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6303.htm). Acesso em: 20 de junho de 2020.

MOREIRA, Larici Keli Rocha; MOREIRA, Laine Rocha; SOARES, Marta Genú. **Educação Superior no Brasil: discussões e reflexões.** Educação Por Escrito, v. 9, n. 1, p. 134-150, 2018.

NOLLI, Josi Mara et al. **A educação para o desenvolvimento da pessoa: uma leitura do Art. 205 da Constituição Federal de 1988 à luz do personalismo de Emmanuel Mounier.** 2019.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **A transformação da educação em mercadoria no Brasil.** Educação & Sociedade, v. 30, n. 108, p. 739-760, 2009.

PEREIRA, LARISSA DAHMER. **Expansão dos cursos de Serviço Social na modalidade de EAD: direito à educação ou discriminação educacional?/Expansion of Social Work Courses under the Open and Distance Learning Way: Right to Education or.** Revista: SER Social, Brasília, v. 14, n. 30, p. 30-49, 2012.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Análise comparativa entre expansão dos cursos de Serviço Social EAD e presenciais.** Temporalis, v. 14, n. 27, p. 181-202, 2014.

TAVARES, Maria Augusta; SOARES, Marcos Antonio Tavares. **O trabalho em pauta.** Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, n. 20, p. 17-32, 2007.

TONET. Ivo. **Educação Contra o Capital**. – São Paulo: Instituto Lukács, 2012.– 3. Edição ampliada, 2016.

UNIASSELVI. **Serviço Social Bacharelado EAD**. Disponível em :  
<<https://portal.uniasselvi.com.br/graduacao/pr/ivaipora/servico-social?place=ivaipora-pr&modality=ead>> Acesso em: 05 de março de 2021.

UNINTER. **Graduação a distância Serviço Social**. Disponível em:  
<<https://www.uninter.com/graduacao-ead/curso-servico-social/>> Acesso em : 05 de março de 2021.

UNINGÁ. **Serviço Social EAD**. Disponível em :  
<<https://www.uninga.br/curso/servico-social/>> Acesso em : 05 de março de 2021.

UNICESUMAR. **Serviço Social EAD**. Disponível em :  
<<https://www.unicesumar.edu.br/ead/cursos-graduacao/servico-social/>> Acesso em : 09 de mar de 2021.

UNOPAR. **Ciências Humanas e aplicadas; Serviço Social Bacharelado**. Disponível em : <<https://www.unopar.com.br/curso/servico-social-bacharelado/>> Acesso em :25 de fevereiro de 2021.

VIGGIANI BICUDO. Maria Aparecida. **EDUCAÇÃO SUPERIOR NA NOVA LDB: SEU IMPACTO NA UNESP**. IN: Nova LDB: trajetória para a cidadania? / Angela Viana Machado Fernandes...| et al. |; Carmen Silvia Bissolli da Silva, Lourdes Marcelino Machado (organizadoras) São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa**. rev. atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração, UFSC, 2011.

WIKIPÉDIA: A enciclopédia livre. **INTERNALIZAÇÃO**. Disponível em :  
<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Internaliza%C3%A7%C3%A3o\\_\(sociologia\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Internaliza%C3%A7%C3%A3o_(sociologia))> Acesso em : 30 de agosto de 2020.